AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 03 | MARÇO 2015 | R$ 15,00



CRISE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

APENAS OS MAIS EFICIENTES SOBREVIVERÃO

RENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO
2015 SERÁ UM ANO DIFÍCIL

AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO
O AVANÇO DO PLANO ABC

BIODIESEL
OPORTUNIDADES DO MERCADO BRASILEIRO EM 2015

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298

35 Anos AGROANALYSIS

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Gustavo Diniz Junqueira, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

RENTABILIDADE DO AGRO PREJUDICADA EM ANO DE BAIXO CRESCIMENTO

ESTE ANO será marcado por uma taxa de inflação de preços administrados (parcela dos preços do IPCA estabelecidos por contrato ou definidos pelo governo federal) próxima dos 10%. Os consumidores poderão, ainda, ser surpreendidos por elevações indiretas de preços, se as empresas repassarem seus aumentos de custos. A tendência é que a alta nos preços administrados provoque a alta de preços dos demais componentes do IPCA. Muitos analistas projetam um crescimento negativo da economia, o que faz com que não haja muito espaço para uma alta considerável dos preços livres – aqueles mais ligados aos ciclos de demanda. Isso trará certo alívio ao IPCA total, que ainda deve estourar o teto da meta, de 6,5%.

Em 2015, a rentabilidade da produção agropecuária será prejudicada pelo cenário econômico ruim, que terá impacto negativo sobre a demanda, e pela crise hídrica. A ***Agroanalysis*** analisou o resultado do investimento em dezoito importantes atividades econômicas do agronegócio, bem como de aplicações financeiras. Em 2014, apenas sete delas superaram o rendimento da poupança. Na liderança, aparece o dólar comercial, seguido do ouro, dos fundos cambiais e dos fundos de renda fixa, todos com rentabilidades médias acima de 10%. Seja na agricultura ou na pecuária, a aplicação de tecnologia na busca da melhoria dos índices produtivos e dos ganhos em escala tem sido a chave do sucesso.

Para os biocombustíveis, o ambiente segue dramático no setor sucroalcooleiro, que registrou prejuízo com a produção de etanol hidratado em cinco das últimas sete safras. A indústria sucroalcooleira foi prejudicada pela política de reajuste do preço da gasolina por parte da Petrobras. Assim, uma revisão nesta política era a principal medida demandada pelo setor para superar a sua crise. No entanto, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, essa nova política de preços deixou de ser uma solução viável para o setor, pois, caso a Petrobras tivesse reajustado seus preços de acordo com a variação da cotação do petróleo no mercado internacional já na safra 2014/15, os preços do etanol hidratado comercializado pelas usinas teriam sido entre 3% e 21% menores do que os observados. Diante dessa situação, as únicas medidas que poderiam dar algum alívio para o setor seriam uma tributação diferenciada ou uma ampliação do *mix* de etanol anidro na gasolina.

Já na produção do biodiesel, a expectativa é de crescimento na demanda. Por conta disso, investimentos em ampliação das unidades industriais vêm sendo realizados pelo setor. Para que as expectativas sejam de fato transformadas em oportunidades de crescimento, as adoções de duas medidas importantes estão sendo discutidas: o B20 Metropolitano – que prevê a utilização de 20% de biodiesel nos ônibus de transporte urbano de passageiros em municípios com mais de 500 mil habitantes – e o BX Opcional – que visa à criação de um mercado autorizativo acima do B7 compulsório.

No final de 2015, ocorrerá a COP-21, em Paris. O objetivo das negociações será aprovar um novo acordo que vincule todos os países ao combate às mudanças do clima, o que deve envolver ações de mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologias, capacitação e financiamento.

O Brasil conta com o Plano ABC, cujo objetivo é garantir o aperfeiçoamento contínuo das práticas agropecuárias que reduzam a emissão de gases do

efeito estufa (GEEs). O País comprometeu-se a reduzir suas emissões de GEEs em 38,9% em relação ao que emitiria em 2020. Assim, a meta para o setor agropecuário é de reduzir as emissões de 133,9 a 162,9 milhões toneladas de CO_2eq até 2020. Considerando a mais recente Estimativa Nacional de Emissões da Agropecuária do governo federal, o potencial de redução de emissões, por meio da adoção de práticas sustentáveis, é de 752 milhões de toneladas de CO_2eq, muito acima da meta.

Quanto à crise hídrica, em decorrência da longa estiagem, principalmente na região Sudeste, aumenta o interesse da opinião pública em discutir o uso mais eficiente da água. Como a agropecuária é uma atividade intensiva no uso do recurso (consome 84% de toda água utilizada no Brasil), vêm à tona os resultados das pesquisas sobre o seu uso mais eficiente nesta área. Na produção pecuária, o conhecimento e a tecnologia existem; assim, as dificuldades consistem em inseri-los no cotidiano produtivo das propriedades. A ***Agroanalysis*** lista uma série de desafios (e respectivos impactos) para racionalizar o uso do recurso hídrico para a produção animal.

A produção da bovinocultura de corte e leite é o foco do Caderno Especial da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM), cujas associadas buscam alinhar-se às perspectivas e às tendências de futuro no tocante às boas práticas de fabricação, rastreabilidade e sustentabilidade dos seus produtos.

Na entrevista deste mês, trazemos o deputado federal de Minas Gerais Marcos Montes (PSD-MG), que assume a Presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Esta bancada conta, hoje, com 205 parlamentares, entre deputados e senadores, com perspectiva de alcançar em torno de 250 ou 260 membros. Na agenda, uma lista de desafios, entre os quais: demarcação das terras indígenas, seguro rural, emplacamento de máquinas agrícolas, regras para aquisição de terras por estrangeiros e regulamentação da lei sobre trabalho escravo.

Por fim, damos as boas-vindas ao novo colunista da seção "Opinião", o Sr. Arnaldo Jardim, secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
MARCOS MONTES
O QUE IMPORTA É O FORTALECIMENTO DO MAPA

11 FRASES E COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
A INFLAÇÃO DOS PREÇOS ADMINISTRADOS ESTÁ DE VOLTA

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA CRISE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO
A PETROBRAS AINDA É A SOLUÇÃO?

22 CAPA RENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO
EXPECTATIVAS PARA 2015

24 CAPA BIODIESEL
OPORTUNIDADES DO MERCADO BRASILEIRO

26 SUSTENTABILIDADE

26 ÁGUA
DESAFIOS HÍDRICOS NA PRODUÇÃO ANIMAL

29 COP -21
O NOVO ACORDO DE CLIMA E A AGRICULTURA BRASILEIRA

32 CAPA AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO
A EVOLUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

35 POLÍTICA AGRÍCOLA

35 INVESTIMENTOS PÚBLICOS
FOCO NAS CADEIAS DE VALOR DO AGRONEGÓCIO

37 CONTEÚDO ESPECIAL

37 ESPECIAL ASBRAM
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS (ASBRAM)

45 ESPECIAL ANDEF
UMA MISSÃO COLETIVA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
MAIS PRA LÁ

47 PRODUZIR
PARA FORTALECER A GOVERNANÇA DA PROPRIEDADE RURAL

48 OPINIÃO
AGRICULTURA DE SÃO PAULO E A CRISE HÍDRICA

49 REFLEXÃO
UMA CONJUNTURA COMPLEXA

50 SERVIÇO AO AGRONEGÓCIO

O QUE IMPORTA É O FORTALECIMENTO DO MAPA

MARCOS MONTES

DEPUTADO FEDERAL (PSD-MG) E PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

POR PAULO ROQUE

"Não o desejamos como uma pasta de segundo escalão". Esta é a opinião do deputado que, numa concorrida solenidade, assumiu, no último dia 24 de fevereiro, a presidência da FPA – um dos mais organizados e combativos colegiados que atuam no Congresso Nacional. Ele substitui o deputado gaúcho Luis Carlos Heinze (PP-RS). Reeleito com 116 mil votos para um terceiro mandato (2015-2018), o médico, professor universitário e produtor Marcos Montes sempre foi um dedicado defensor do setor produtivo rural, cuja liderança lhe permitiu ocupar, já no primeiro mandato, a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara Federal.

AGROANALYSIS: ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA) É DESAFIADOR NESTE MOMENTO TENSO POLITICAMENTE?

MARCOS MONTES: Neste momento, é desafiador, sim. Aliás, é desafiador em qualquer momento, em qualquer circunstância. Nossa entidade é suprapartidária, com pautas e interesses diversos. Contudo, quando discutimos determinados temas em nossas reuniões-almoço de todas as terças-feiras, passamos a ter um partido único, ou seja, o partido da agropecuária brasileira. No seio da FPA, defendemos intransigentemente o setor produtivo rural, seus interesses, suas causas, suas bandeiras. Nosso foco, aqui, é o fortalecimento deste setor, que é, sem sombra de dúvida, o mais exitoso da nossa economia. Os números comprovam essa minha afirmação: ele representa 24% do PIB, 30% dos empregos e mais de 40% das exportações. É um setor pujante, que bem que poderia merecer mais atenção do Governo. Meu sentimento é de que, por meio do diálogo, das negociações e de muita conversa, é possível desanuviar esse cenário.



> “...DEFENDEMOS QUE AS DEMARCAÇÕES DAS TERRAS INDÍGENAS PASSEM TAMBÉM PELO CONGRESSO NACIONAL.”

EM TERMOS DE REPRESENTATIVIDADE, A FPA CONTA COM QUANTOS PARLAMENTARES?

MM: Temos, hoje, 205 parlamentares, entre deputados e senadores, com perspectiva de alcançarmos em torno de 250 ou 260 membros. Além daqueles considerados pioneiros, muitos estreantes estão demonstrando interesse em se integrar à FPA. Afinal, a nossa bancada é uma das mais combativas e uma das mais organizadas no Congresso Nacional. Todos reconhecem. É esse vigor, essa união, essa sinergia, em defesa do setor produtivo rural, que nos motiva a pressionar e reivindicar medidas necessárias e prioritárias do agronegócio brasileiro, que não são poucas.

FALA-SE MUITO NA VALORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). COMO ISSO É POSSÍVEL?

MM: Logo após a eleição presidencial, os boatos começaram a veicular nomes que iriam compor a nova equipe da presidente Dilma Rousseff. Fui entrevistado sobre o assunto, e o repórter citou para mim alguns nomes ventilados naquela época e me perguntava o que eu achava de fulano, de beltrano ou de sicrano. Respondi que não nos importa o nome; o que nos importa é o fortalecimento da pasta. Entendo que, estando o Ministério da Agricultura fortalecido, fortalecido será também o agronegócio brasileiro. Não o desejamos como uma pasta de segundo escalão. Sua valorização virá por meio de força política para confrontar outros ministérios e de o seu titular ter um diálogo direto com a presidente Dilma, e não ficar despachando e mendigando recursos com os ministros da Fazenda ou do Planejamento, saindo, muitas vezes, dessas audiências de mãos abanando. Antes mesmo que me pergunte sobre a ministra Kátia Abreu na Agricultura, já lhe antecipo a resposta: ela nos dá esperança pelo vasto conhecimento do setor e da vida política, e é inegável a sua contribuição maiúscula na defesa do agronegócio, haja vista a aprovação do Código Florestal, que teve na CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) um dos principais pilares desta conquista. Ademais, ela já exerceu a presidência da FPA e conta com a nossa simpatia e respeito.

NA AGENDA DA FPA, QUAIS SERIAM OS ITENS PRIORITÁRIOS?

MM: Uma das preocupações dos agricultores diz respeito à segurança jurídica, a tão desejada paz no campo. É por esse caminho que trilhamos. Assim, defendemos que as demarcações das terras indígenas passem também pelo Congresso Nacional. Por isso mesmo é que queremos aprovar a PEC 215. No ano passado, não conseguimos, mas, neste começo de legislatura, já conseguimos desarquivá-la. Acredito que, daqui para frente, tudo vai ser diferente, muito embora estejamos enfrentando ações de ONGs estrangeiras, que, aliadas a algumas brasileiras, tentam, de todas as formas, impedir nosso trabalho. Não vamos desistir desta PEC. Veja que a sanha da Funai em expandir as demarcações de terras indígenas não tem limites. Raro é o dia em que não aparecem no Diário Oficial da União decretos com novas áreas para estas demarcações. Temos outras prioridades, como o seguro rural, a lei de acesso aos recursos genéticos – que acaba-

mos de aprovar –, uma nova legislação de defesa agropecuária, infraestrutura e logística, emplacamento de máquinas agrícolas, terceirização do trabalho, legislação para aquisição de terras por estrangeiros e a regulamentação da lei sobre trabalho escravo. Há muita celeuma e incompreensão sobre este tema do trabalho escravo. O que nós queremos é uma definição clara e objetiva no texto do que realmente seja trabalho degradante, estafante e análogo ao trabalho escravo, para que o empregador, principalmente do meio rural, não fique à mercê dos agentes públicos, que, muitas vezes, interpretam a legislação trabalhista ao seu bel prazer. Isso é inadmissível.

COMO A FPA PRETENDE TRABALHAR ESSES ITENS?

MM: Com muita dedicação, muita negociação, muita articulação política, muito empenho e muita sinergia. Esses itens representam as demandas das cadeias do setor produtivo rural. Na verdade, são as entidades representativas do agronegócio que nos trazem suas demandas. É bom lembrar, também, que os parlamentares trazem de suas regiões as reivindicações dos seus eleitores, seus apoiadores, pois muitos deles têm presenças marcantes no meio rural. Nosso lema, neste ano, é: "valorizar a produção é um prato cheio para a população".

> "NOSSO LEMA, NESTE ANO, É: 'VALORIZAR A PRODUÇÃO É UM PRATO CHEIO PARA A POPULAÇÃO'."

A ESTIAGEM E A ESCASSEZ DE ÁGUA DEVEM AFETAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA?

MM: Com absoluta certeza. Entidades como a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em suas próximas avaliações de safra, vão apontar o tamanho dos prejuízos que a escassez de água provocou na produção agropecuária. É claro que os estragos variam de região para região e de cultura para cultura. Os hortifrutigranjeiros foram severamente afetados. Esse fenômeno – estiagem – é preocupante; inclusive, a Embrapa vem acompanhando há muitos anos essa situação. A agricultura é responsável por 70% do consumo de água do País e será afetada dramaticamente pela crise hídrica. Ainda não dá para dimensionar os reais prejuízos, porque não se sabe até quando esse fenômeno vai perdurar, mas as perdas no setor são bilionárias. Estamos, sim, preocupados com esse cenário, tanto que decidimos promover um seminário para debater esse tema e buscar soluções.

QUAIS SERIAM AS PRIORIDADES PARA AJUDAR A AMENIZAR O PROBLEMA?

MM: Nesse caso, entendo que o nosso papel seria o de ouvir o setor produtivo para dimensionar os danos, os prejuízos; acolher suas reivindicações, debatê-las de forma democrática e transparente; e buscar soluções junto aos órgãos do Governo e no Congresso Nacional. A renda agrícola será afetada severamente, e muitos produtores e cooperativas terão dificuldades em honrar seus compromissos com os agentes financeiros. Longe de ser catastrófico, assusta-nos esse cenário. Se o nosso setor, que é o mais pujante, for afetado como se diz, a economia brasileira perderá força, o Governo ficará atordoado, e, então, a melancolia vai prosperar.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO SEGURO RURAL NESSA QUESTÃO?

MM: Fundamental. Veja que o princípio básico da subvenção ao seguro rural é proteger o agricultor das ações de eventos adversos como o que está ocorrendo. É preciso que o governo federal cumpra de maneira tempestiva os compromissos firmados com o setor na liberação dos recursos. O Governo precisa compreender que seguro rural existe para proteger e amparar o agricultor contra a quebra de safra, queda na produção decorrente de adversidades climáticas, sendo a principal ocorrência a crise hídrica para algumas lavouras. É preciso levar mais a sério esse programa. Veja que, no lançamento do Plano Agrícola 2014/15, a presidente anunciou com pompas e galas R$ 700 milhões para o seguro, mas apenas R$ 400 milhões foram liberados. Embora os outros R$ 300 milhões tenham sido aprovados e orçados, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda não liberaram; não sei se por descuido ou deliberadamente. Agora, só nos resta correr atrás destes recursos. É o que estamos fazendo.

TEREMOS PROBLEMAS QUANTO AOS PREÇOS DOS ALIMENTOS E SEUS IMPACTOS SOBRE A INFLAÇÃO?

MM: 'Teremos', não; já temos, sim, problemas de preços dos alimentos. Qualquer dona de casa que frequenta supermercados, feiras livres ou qualquer comércio já percebe a elevação dos preços em tudo aquilo que consumimos. O espectro da carestia, da inflação, está não só nestes locais, mas também à nossa volta, mas estamos dispostos a nos empenhar e contribuir para suavizar tal cenário. O setor produtivo de alimentos tem essa grande vantagem, que é gerar resultados imediatos. É só tratá-lo de maneira adequada que a pujança brotará e florescerá por esse Brasil adentro. ■



FRASES & COMENTÁRIOS

"A legislação do crédito rural tem cinquenta anos. É necessário propor uma legislação mais moderna, mais atual, para este setor."

HÉLIO PORTO, consultor técnico da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"Estamos tendo uma quebra enorme da safra de todos os produtos; até mesmo da cana-de-açúcar, que é bastante insensível ao regime de chuvas. Isso vai resultar em aumento de preços... Situações de seca que, antes, se repetiam a cada 100 anos, agora, ocorrem a cada vinte anos. O jeito é ter estoques."

JOSÉ GRAZIANO, diretor-geral da FAO, ao ser entrevistado pela BBC Brasil, quando afirmou que a oferta de alimentos nos mercados do País está em perigo

"A crise decorre de décadas de mau comportamento em relação ao uso da água e do solo e, também, de uma relação cultural equivocada que nós, brasileiros, temos com os recursos naturais. Vivemos uma cultura de abundância de água."

MALU RIBEIRO, coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, em entrevista publicada no site do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)



FREDOX CARVALHO

"Bastam trinta, quarenta dias sem chuva para que a nossa riqueza fique comprometida... Proteger o produtor rural é proteger os empregos, a geração de renda e o processo industrial. Essa crise é o momento de pensar em mudar o modelo de seguro rural."

JOSÉ MÁRIO SCHREINER, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG)

"É impressionante que, até hoje, a ANA não consegue exercer poder de polícia e cuidar dos mananciais."

MARCOS FREITAS, então diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e hoje professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em matéria assinada por Cadu Caldas no site ZH Notícias

"Em época de estiagem e altas temperaturas no Brasil, a melhor ferramenta para a gestão agrícola é o seguro rural."

HELIO SIRIMARCO, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)



Em 2015, o crescimento do setor será menor em razão dos problemas enfrentados por toda a cadeia agrícola – que está sofrendo com o fraco desempenho da economia do País – e, também, do segundo ano consecutivo de uma crise hídrica."

ROBERTO LEVRERO, presidente da Abisolo, durante coletiva de imprensa realizada em São Paulo, para divulgar o VI Fórum e Exposição Abisolo, marcado para os dias 15 e 16 de abril, em Ribeirão Preto-SP

MACROECONOMIA

A INFLAÇÃO DOS PREÇOS ADMINISTRADOS ESTÁ DE VOLTA

CLEOMAR GOMES DA SILVA
Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU)

O IPCA é o índice de preços ao consumidor oficial do Brasil e, por isso, baliza as metas de inflação do País. Ele é composto por uma cesta de cerca de 370 itens e pode ser decomposto em preços livres, com peso de aproximadamente 77% do índice e que flutuam ao sabor da oferta e da demanda, e em preços administrados (ou monitorados), com peso de aproximadamente 23%. Estes últimos são estabelecidos por contrato ou definidos pelo governo federal, por agência reguladora (como serviços telefônicos, derivados de petróleo e eletricidade) ou por governos estaduais ou municipais (tais como as taxas de água e esgoto e as tarifas de transporte público).

Nos anos iniciais da década de 2000, a inflação dos monitorados caminhou acima do IPCA total, chegando a 15,3% em 2002. Isso foi resultado, dentre outros fatores, da alta influência da variação cambial. Em meados da década de 2000, os preços administrados deixaram o papel de vilões da inflação brasileira, alcançando percentuais bem abaixo da taxa de inflação total. Mas, essa situação está revertendo-se novamente, e é intuito deste texto analisar tal reversão.

A grande discussão sobre os preços administrados começou em 2012, quando houve intensa negociação do Governo por menores preços de energia juntos às concessionárias de energia elétrica, na época da assinatura de novos contratos de concessão. Algumas empresas não concordaram com as reduções de preços propostas e não aderiam ao projeto governamental. Mesmo assim, o Tesouro Nacional bancou uma redução média de 20% nas tarifas de energia, fazendo aporte de recursos públicos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável por programas de expansão de energia elétrica e pelo financiamento do uso das termelétricas.

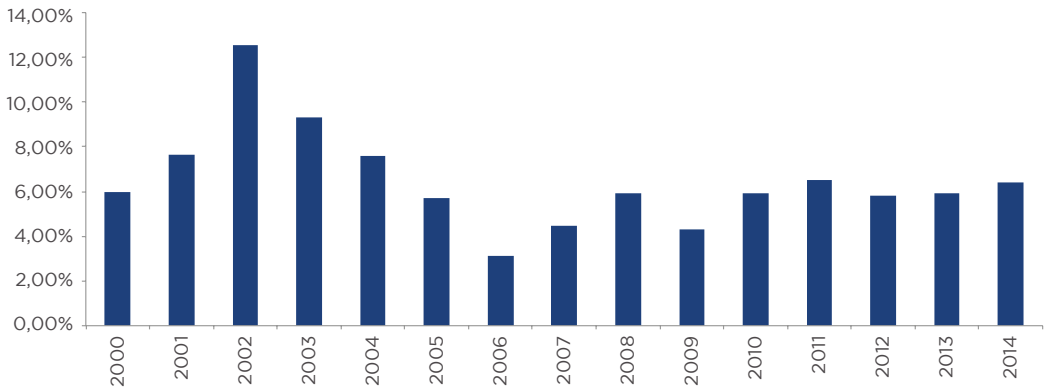
Outro alívio de preços veio em meados de 2012, com o decreto zerando a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados, gás natural e álcool etílico combustível. Isso foi feito para neutralizar o aumento do petróleo no mercado internacional e, assim, segurar a elevação da inflação ao consumidor.

Esse direcionamento de preços e tarifas levou ao chamado represamento dos preços administrados por, no mínimo, dois anos. Para a população, preços menores são sempre uma boa notícia. Mas, para as contas públicas, a atitude governamental foi um verdadeiro desastre. Como diria um velho economista: "não existe almoço grátis", o que significa que a conta sempre sobra para a população em geral. E a conta já chegou. É por isso que as variações dos preços administrados têm sido consideráveis ultimamente.

Esse realinhamento está acontecendo, pois o segundo mandato do governo Dilma veio com a premissa do realismo tarifário, isto é, o reajuste das tarifas de energia elétrica passaria a ser bancado pelo consumidor, via aumento na conta de luz, e não mais pelo contribuinte, com aumento da dívida pública. Isso significou o fim das transferências bilionárias do Tesouro Nacional para o setor energético, com im-

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

(%A.A.)



Fonte: IBGE

pactos de alta na conta de luz, entre 30% e 40% em 2015. Além disso, o Governo anunciou a elevação de alguns tributos, como PIS, COFINS e IOF, e a volta da CIDE, fazendo a gasolina ficar cerca de R$ 0,22 mais cara. Isso sem contar com os típicos reajustes de tarifas públicas de início de ano, tais como transportes urbanos e outros.

Para piorar, estamos atravessando uma grave crise hídrica, fazendo com que as termelétricas sejam usadas em sua capacidade máxima para o atendimento das necessidades de energia elétrica da população brasileira. Isso gera outro custo adicional na conta de luz dos brasileiros, via sistema de bandeiras tarifárias implementado recentemente pelo Governo.

Em suma, o ano de 2015 será marcado por uma taxa de inflação de preços administrados próxima dos 10%, contra 7% de inflação total. Consumidores podem, ainda, ser surpreendidos por elevações indiretas de preços, dado que empresas podem repassar, seja de forma parcial ou integral, seus aumentos de custos. A tendência é que a alta desses preços cruciais para a economia gere uma disseminação de alta de preços dos outros componentes do IPCA. Por outro lado, as projeções para o crescimento do PIB no ano de 2015 não são animadoras. Muitos analistas já projetam um crescimento econômico negativo, o que faz com que não haja muito espaço para uma alta considerável dos preços livres, aqueles mais ligados aos ciclos de demanda. Isso trará certo alívio ao IPCA total, que, mesmo assim, estourará o teto da meta, de 6,5%. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO PODEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR



A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) celebra em 2015 o Ano Internacional dos Solos, com eventos técnicos e econômicos sobre esse tema. Englobado neste, está o caso do plantio direto para diminuir a exposição do terreno às intempéries do clima; já as zonas arenosas são sensíveis às erosões hídricas e eólicas, enquanto a pluviosidade "carrega" nutrientes importantes para a agricultura. Com máquinas agrícolas maiores e mais pesadas utilizadas nas lavouras, a rotação de culturas precisa ser seguida com boas práticas. Todos são pontos a serem analisados em cada propriedade.

UE MODIFICA REGRAS PARA TRANSGÊNICOS

Com 480 votos a favor e 159 contra, votação do Parlamento Europeu deixou a cargo dos países do bloco a decisão de cultivar culturas geneticamente modificadas (GM). "Essa decisão dará mais flexibilidade para os Estados-membros cultivarem transgênicos", disse a parlamentar belga Frédérique Ries. A medida reduz os problemas regulatórios e melhora as negociações com os EUA, os maiores produtores de sementes transgênicas (faturamento de US$ 16 bilhões em 2013). Desde 2004, a UE permite produtos GM se destinados para o processamento de alimentos ou o uso na ração animal. A França e a Alemanha continuam reticentes aos transgênicos.



TRANSGÊNICOS NO BRASIL

No mundo, em 2014, vinte e oito países plantaram 181,5 milhões de hectares com sementes transgênicas, um aumento de mais de 6 milhões de hectares em relação a 2013. "A área plantada com OGMs na última safra (2014) é cerca de 100 vezes maior do que a registrada em 1996, primeiro ano em que foram cultivados", afirma Anderson Galvão, representante do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA) no Brasil. No Brasil, a taxa de adoção foi de 89,3%, considerando soja, milho e algodão, as três culturas GM aprovadas comercialmente no País. No caso da soja, 93% da área foram plantados com variedades transgênicas; para o milho (safras de inverno e verão), a taxa foi de 82%; e, para o algodão, de 66%.

CRISE PECUÁRIA NA ARGENTINA

Queda no *ranking* da produção mundial e redução do plantel na produção bovina são a situação vivida pela Argentina. Tudo começou em 2006, com o embargo das exportações de carne para evitar preços elevados no mercado doméstico. Desde 2008, 150 frigoríficos desativaram suas operações e 17 mil empregos deixaram de existir. Pelas estatísticas do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa), em 2014, foram embarcadas 200 mil toneladas, um terço do realizado há dez anos.

MENOR SAFRA DE CAFÉ

Estudo feito pela Fundação Procafé confirma a quebra da safra no café para a safra 2015. O presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, amenta a produção abaixo da média de 50 milhões sacas. Tivemos, na safra 2014, uma colheita de 43 ou 44 milhões de sacas. Agora, em 2015, a previsão é de uma quantidade perto de 40 a 43 milhões de sacas. Para 2016, os números não passam de 43 milhões de sacas como teto máximo, segundo o presidente.



CNC

Silas Brasileiro, presidente do CNC

REPRESAS SÓ COM ECLUSAS

A Lei nº 13.081, de 2 de janeiro 2015, concilia a produção de energia hidroelétrica e a navegabilidade dos rios com a obrigatoriedade da implantação de eclusas nas represas. Isso é fundamental, porque as fronteiras agrícolas estão localizadas em regiões com 200 a 700 metros acima do nível do mar. O impacto é positivo: os comboios usados na Bacia Amazônica transportam até 40 mil toneladas, volume equivalente a 1.200 carretas rodoviárias. Para Adalberto Tokarski, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) "a legislação contribuirá para o uso múltiplo das águas".

CHINA EMBARGA FRANGO DOS EUA

O governo da China proibiu as importações de carne de frango dos EUA, por causa do registro de casos do vírus da gripe aviária (H5N1) em patos selvagens nos estados de Washington, Califórnia e Oregon. Os americanos venderam 176 mil toneladas e arrecadaram US$ 225 milhões com a exportação de carne de frango para o mercado chinês em 2014, enquanto o Brasil enviou 227 mil toneladas, com uma receita de US$ 518,79. Acordos entre governos devem liberar mais plantas frigoríficas para o Brasil exportar para a China.

EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA NO CAFÉ

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) declarou estado de emergência fitossanitária para São Paulo e Espírito Santo. O motivo é o risco iminente de surto da praga *Hypothenemus hampei*, conhecida popularmente como broca-do-café, que ataca cafeeiros. A medida tem duração até janeiro de 2016. De acordo com Luís Rangel, diretor do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV), uma lista de produtos de menor toxicidade para controle desta praga está em fase final de registro pelo MAPA, aguardando o parecer conclusivo da Anvisa para o fim de março.

CULTIVARES DE MILHO

Na safra 2014/15, estão sendo disponibilizadas no mercado 478 cultivares de milho (11 a mais do que na safra anterior), sendo 292 transgênicas e 186 convencionais. Dentre as opções de mercado, 320 são materiais genéticos diferentes, e os demais 158 são variações de eventos transgênicos. A dinâmica de renovação registra 97 novas cultivares (76 transgênicas e 21 convencionais), sendo que 86 (37 transgênicas e 49 convencionais) deixaram de ser comercializadas. O levantamento foi feito pelos pesquisadores da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG) José Carlos Cruz, Israel Alexandre Pereira Filho e Eduardo de Paula Simão.

MENOR ESTOQUE DE SUCO DE LARANJA

O chamado estoque de passagem em poder das empresas associadas à CitrusBR – as três gigantes: Citrosuco, Cutrale e Louis Dreyfus – está em queda. A estimativa refere-se a suco concentrado congelado (FCOJ) e teor de açúcar equivalente a 66 ºBx. Já a quantidade total de laranjas processadas na safra 2014/15 no cinturão citrícola dos estados de São Paulo e Minas Gerais deverá chegar a 270 milhões de caixas de 40,8 quilos. Este número corresponde a um crescimento de 4,6% em relação à estimativa divulgada pela associação em julho de 2014.

CITRUS BR
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE SUCOS CÍTRICOS

BRASIL: ESTOQUE DE PASSAGEM
(MIL TONELADAS)

JUNHO	QUANTIDADE
2013	765.924
2014	534.529
2015	447.276

Fonte: CitrusBR

DEZ ANOS DE APROSOJA

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) completa dez anos de atividades, com o papel de representar cerca de 5 mil produtores de soja e milho do estado. Tem como valores essenciais a ética, a transparência, o respeito à propriedade, a valorização do associativismo, o profissionalismo, a gestão democrático-participativa e a responsabilidade socioambiental. "Começamos de maneira singela, em um momento de crise no agronegócio e dificuldade financeira", lembra Ricardo Tomczyk, presidente da entidade.



APROSOJA-MT

Ricardo Tomczyk, presidente da Aprosoja-MT

APROSOJA
MATO GROSSO

PRORROGAÇÃO DO CAR

A maior parte das terras brasileiras ainda não está inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), dos 371,8 milhões de hectares a serem cadastrados, apenas 135 milhões cumpriram a obrigação (35,5%). O novo Código Florestal, de 2012, estabeleceu o cadastramento dos imóveis rurais no CAR. O processo começou em maio do ano passado e vai até 5 de maio de 2015. "Faremos uma discussão interna para submeter à presidente da República se prorrogaremos e em que condições", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente

DOBRAR EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

Luiz Roberto Barcelos, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), prevê que, até 2020, as exportações brasileiras de frutas frescas deverão dobrar. Mas, mesmo assim, o valor comercializado ficará muito aquém do do Chile, cujas exportações de frutas alcançam, anualmente, US$ 4,5 bilhões, enquanto as do Brasil não chegam a US$ 700 milhões. Para isso, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o setor investirá em novas tecnologias e participará das feiras internacionais, como a FRUIT LOGISTICA e a MPA, a maior dos EUA.

NOVO VAZIO SANITÁRIO

Um novo período para o vazio sanitário da soja foi definido no Mato Grosso, de 1º de maio a 15 de setembro, de acordo com as Secretarias Estaduais do Desenvolvimento Econômico (SEDEC-MT) e da Agricultura Familiar (SEAF-MT) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea/MT). A norma anterior ia de 1º de junho a 30 de setembro. Para a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), a medida impactará na produção, principalmente de sementes para o uso próprio. Segundo a associação, deve haver um compromisso assumido por toda a cadeia, principalmente nos tratos fitossanitários.

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Para o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSMIA/ABIMAQ), Pedro Estevão Bastos, 2015 promete mais de 10% de queda nas vendas em relação a 2014, puxados pelo recuo nos valores das *commodities*, com estimativa de retomada no setor entre 2016 e 2017. A menor remuneração de produtores rurais reduz os investimentos em bens duráveis na lavoura.



SHUTTERSTOCK

CRISE DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

A PETROBRAS AINDA É A SOLUÇÃO?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

NAS ÚLTIMAS sete safras, em cinco delas, o setor sucroalcooleiro obteve prejuízo com a produção de etanol hidratado. Ou seja, desde a safra 2007/08, o etanol hidratado foi comercializado a preços inferiores aos seus custos de produção em cinco ocasiões – as exceções são as safras de 2010/11 e de 2011/12. Infelizmente, os números preliminares sugerem que a safra de 2014/15 não será diferente, talvez até um pouco pior.

UMA NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS AINDA É UMA SOLUÇÃO?

Há algumas semelhanças entre as crises vividas pelos setores de biocombustível e de petróleo no Brasil. Em ambos os casos, houve a combinação de períodos de grande otimismo, excesso de endividamento e políticas setoriais mal desenhadas que deixaram esses setores fragilizados. Diante disso, choques exógenos adversos, como a queda do preço do petróleo e a desvalorização cambial, pegaram ambos os setores demasiadamente expostos, e os resultados não são nada confortáveis.

A crise na indústria sucroalcooleira não é algo recente, tendo tido início já na segunda metade da década passada. Além de uma série de problemas internos do setor, a rentabilidade do etanol hidratado, por este ser um substituto direto da gasolina, também foi prejudicada pela política de reajuste do preço da gasolina por parte da Petrobras. Pelo menos desde 2006, a Petrobras tem mantido o preço da gasolina no mercado doméstico isolado das oscilações da cotação do petróleo no mercado internacional. Se, por um lado, esta política aliviou a situação no setor sucroalcooleiro até a safra 2009/10, por outro lado, passou a prejudicá-lo desde então.

Uma revisão nesta política era justamente a principal medida demandada pelo setor para superar a sua crise. Era solicitado que o preço da gasolina brasileira acompanhasse, de alguma forma, as variações da cotação do petróleo no mercado internacional. Com isso, a gasolina deixaria de ficar artificialmente barata e o etanol hidratado recuperaria ao menos parte da sua rentabilidade.

Todavia, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, essa nova política de preços deixou de ser uma solução viável para o setor – como teria sido na safra 2013/14. Caso a Petrobras tivesse reajustado seus preços de acordo com a variação da cotação do petróleo no mercado internacional já na safra 2014/15, os preços da gasolina teriam sido entre 7% e 8% menores do que os praticados nas bombas e os preços do etanol hidratado comercializado pelas usinas teriam sido entre 3% e 21% menores do que os valores observados.

Um simples exercício é capaz de mostrar que o cenário externo agora é desfavorável para o etanol brasileiro. Supondo uma taxa de câmbio de R$ 3,00/US$ e assumindo que o preço do etanol opere a 70% do preço da gasolina, a cotação do

petróleo no mercado internacional teria que ter sido algo próximo de US$ 85/barril ao longo da safra 2014/15 para tornar o etanol economicamente viável na bomba para a média dos produtores. Dado o excesso de oferta de petróleo no mercado internacional, essa conjuntura é claramente improvável.

Diante da situação atual, as medidas que poderiam dar algum alívio à indústria sucroalcooleira praticamente se resumem a uma tributação diferenciada (por exemplo, a elevação da alíquota da CIDE) ou uma ampliação do *mix* de etanol anidro na gasolina. Em ambos os casos, o alcance dessas medidas é consideravelmente limitado,

RENTABILIDADE DA PRODUÇÃO DE ETANOL HIDRATADO POR SAFRA

SAFRA	REGIÃO	CUSTO ECONÔMICO (R$/L)	PREÇO NA PORTA DA USINA (R$/L)	MARGEM ECONÔMICA
2007/08	Tradicional	US$ 0,70	US$ 0,66	-5,31%
	Expansão	US$ 0,71	US$ 0,66	-6,98%
	Nordeste	US$ 0,92	US$ 0,80	-13,08%
2008/09	Tradicional	US$ 0,80	US$ 0,72	-10,04%
	Expansão	US$ 0,85	US$ 0,72	-14,52%
	Nordeste	US$ 0,98	US$ 0,83	-15,38%
2009/10	Tradicional	US$ 0,91	US$ 0,83	-8,88%
	Expansão	US$ 0,90	US$ 0,86	-5,16%
	Nordeste	US$ 1,02	US$ 1,05	3,11%
2010/11	Tradicional	US$ 0,91	US$ 1,04	13,78%
	Expansão	US$ 0,88	US$ 0,96	8,98%
	Nordeste	US$ 1,11	US$ 1,18	3,79%
2011/12	Tradicional	US$ 1,14	US$ 1,27	15,10%
	Expansão	US$ 1,10	US$ 1,14	3,10%
	Nordeste	–	–	–
2012/13	Tradicional	US$ 1,30	US$ 1,17	-10,30%
	Expansão	US$ 1,27	US$ 1,08	-14,70%
	Nordeste	US$ 1,41	US$ 1,17	-17,50%
2013/14	Tradicional	US$ 1,37	US$ 1,22	-11,50%
	Expansão	US$ 1,38	US$ 1,23	-10,40%
	Nordeste	US$ 1,63	US$ 1,35	-17,60%
2014/15*	Tradicional	US$ 1,49	US$ 1,27	-14,53%
	Expansão	US$ 1,43	US$ 1,27	-11,42%
	Nordeste	US$ 1,77	US$ 1,36	-23,45%

*As projeções são do Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege) e do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro)
Nota: Tradicional = Paraná e São Paulo; Expansão = Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais

Fonte: Pecege/Cepea/Esalq-USP

devendo dar alívio apenas para os grupos mais eficientes e menos endividados do setor.

Enfim, se, antes, a solução para a crise do setor passava primordialmente pela revisão da política de preços da Petrobras para os seus combustíveis fósseis, agora, o setor tem que lidar com uma conjuntura internacional bem menos favorável para qualquer combustível candidato a substituto do petróleo. O cenário mudou, e é necessário reavaliar sob quais condições o etanol brasileiro realmente continua sendo economicamente viável. ■

PREÇOS DO ETANOL HIDRATADO E DA GASOLINA

(R$/L)

SAFRA	REGIÃO	PREÇO DO ETANOL OBSERVADO NA BOMBA (ANP)	PREÇO DA GASOLINA OBSERVADO NA BOMBA (ANP)	PREÇO NA BOMBA ECONOMICAMENTE VIÁVEL PARA O ETANOL	PREÇO DA GASOLINA NA BOMBA QUE TORNARIA O ETANOL ECONOMICAMENTE VIÁVEL	PREÇO DO ETANOL CASO A PETROBRAS SEGUISSE A COTAÇÃO DO PETRÓLEO	PREÇO DA GASOLINA CASO A PETROBRAS SEGUISSE A COTAÇÃO DO PETRÓLEO
2013/14	Tradicional	US$ 1,87	US$ 2,79	US$ 2,03	US$ 2,89	US$ 2,35	US$ 3,36
	Expansão	US$ 2,05	US$ 2,94	US$ 2,19	US$ 3,13	US$ 2,47	US$ 3,53
	Nordeste	US$ 2,32	US$ 2,86	US$ 2,60	US$ 3,72	US$ 2,39	US$ 3,41
2014/15	Tradicional	US$ 1,93	US$ 2,89	US$ 2,14	US$ 3,06	US$ 1,88	US$ 2,68
	Expansão	US$ 2,15	US$ 3,03	US$ 2,31	US$ 3,30	US$ 1,96	US$ 2,80
	Nordeste	US$ 2,40	US$ 2,93	US$ 2,81	US$ 4,02	US$ 1,89	US$ 2,70

Fontes: IEA; Pecege/Cepea; BACEN

A CRISE NA PETROBRAS VEM SENDO PREPARADA HÁ TEMPOS

Embora as investigações da Operação Lava Jato e a queda do preço do petróleo tenham atingido fortemente a Petrobras, a crise desta companhia vem de longa data; suas ações têm caído pelo menos desde 2010. Assim como no setor sucroalcooleiro, a crise da Petrobras também é resultado de uma combinação de momentos de grande euforia, excesso de endividamento e uma sequência de eventos desfavoráveis.

Após a descoberta das reservas de petróleo da chamada camada pré-sal, a Petrobras anunciou um amplo programa de investimentos, acompanhado de uma exigência de adquirir entre 55% e 65% dos seus equipamentos e serviços de fornecedores nacionais (regra do conteúdo local). O mercado interpretou estas metas como excessivamente ambiciosas, e, desde então, o valor das ações da companhia tem caído.

Esta queda ganhava um fôlego adicional conforme a Petrobras era utilizada como instrumento para controlar a inflação. Devido ao elevado peso que os combustíveis fósseis, notadamente gasolina e óleo diesel, têm no cálculo do IPCA (índice de preços que mede a inflação oficial), o governo federal, que é o acionista controlador da companhia, exigiu que esta não reajustasse seus preços no mercado doméstico e que continuasse a importar estes combustíveis no mercado externo a valores superiores aos daqueles que ela poderia vender no Brasil.

Excessivamente endividada e com o caixa deteriorado, a Petrobras já estava em situação bastante delicada quando foi atingida por outros dois eventos desfavoráveis:

• a forte queda do preço do petróleo, reduzindo a rentabilidade das suas operações e tornando a exploração de algumas jazidas economicamente inviável; e

• as investigações da Polícia Federal, em uma operação chamada Lava Jato, que tem apresentado fortes indícios de que a companhia foi utilizada como instrumento para transferir recursos para partidos da base aliada do governo federal via superfaturamento e pagamento de propinas.

Enfim, a crise da Petrobras não é algo recente, tendo sido gerada por meio de um longo processo que combinou um ambicioso programa de investimentos, um excessivo endividamento, uma política setorial mal desenhada, um preço do petróleo em queda, uma taxa de câmbio em desvalorização e um volumoso esquema de desvio de recursos.

SHUTTERSTOCK



RENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

EXPECTATIVAS PARA 2015

ALCIDES TORRES
Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

O CENÁRIO econômico ruim deverá prejudicar a demanda em 2015. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) continuará pífio, e a soma da crise hídrica com a escassez de energia afetará de maneira geral a produção agropecuária. A desvalorização do real frente ao dólar ajuda de forma direta as exportações, mas exige mais uma quantidade de produto exportado para gerar o mesmo caixa em moeda forte. No complexo soja, que representa aproximadamente um terço do total, sem aumento dos preços de seus produtos nas bolsas internacionais, terá de haver crescimento em volume.

Apesar da alta de preço da arroba do boi gordo, observa-se um encurtamento das margens no atacado e no varejo, o que indica uma limitação do repasse dos preços pagos na origem. A reação da economia russa ao isolamento comercial imposto pela União Europeia e pelos Estados Unidos será uma variável de peso. Importadores importantes de proteína animal do Brasil, como a Rússia, a Venezuela e os países do Oriente Médio, estão sendo afetados com a queda significativa do preço do petróleo no mercado mundial, pois, como grandes exportadores do produto, perdem capacidade de compra.

A tendência é de preços firmes para o boi gordo em 2015, mas, provavelmente, sem valorizações expressivas como as verificadas em 2014. No setor de laticínios, a recomendação é de cautela, considerando o quadro de oferta de leite elevada e preços frouxos, com aumento dos custos de produção, principalmente em energia elétrica, combustíveis e salários. O consumo interno fraco de lácteos atingirá principalmente os produtos de maior valor agregado.

Todo início de ano é um bom momento para avaliar as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital. A análise realizada levou em conta dezoito delas, sendo que sete superaram a caderneta de poupança. Com taxa superior a 10%, na liderança de 2014, aparece o dólar comercial. A seguir, vêm o ouro, os fundos cambiais e os fundos de renda fixa.

Em comparação ao desempenho apresentado em 2013, a pecuária de corte melhorou o resultado econômico em 2014. Junto com a menor disponibilidade de animais para abate, as exportações firmes da carne bovina contrabalancearam a demanda mais fraca no mercado interno. Esses fatores deram sustentação às cotações da arroba do boi gordo e ao mercado de boi em geral.

Na alta tecnologia, quando se considera o sistema de ciclo completo (cria, recria e engorda), tanto em 2013, como 2014, a rentabilidade média da pecuária de corte ficou com o valor bem próximo do resultado da recria e da engorda, mas com patamares superiores no ano mais recente.

Na cria, a rentabilidade média, apesar de ter ficado mais baixa, foi aquela de maior incremento na pecuária de corte, tendo praticamente dobrado, na comparação ao ano anterior. A explicação consiste na valorização do bezerro desmamado (Nelore) de oito meses com 180 quilos. No estado de São Paulo, por exemplo, o seu preço subiu

RENTABILIDADES MÉDIAS DAS ATIVIDADES EM 2013 E 2014

ITENS	2013	2014
Dólar comercial	10,4%	14,4%
Ouro	-17,4%	12,6%
Fundos cambiais	12,8%	10,8%
Fundos de renda fixa	6,2%	10,4%
Pecuária de corte, ciclo completo – com aplicação crescente de tecnologia	5,3%	8,6%
Recria e engorda – com aplicação crescente de tecnologia	5,3%	8,5%
Leite – alta tecnologia (25 mil litros/hectare/ano)	10,1%	7,9%
Poupança	5,8%	7,0%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	5,0%	4,6%
Arrendamento em regiões de cana	7,6%	4,5%
IGP-DI	5,5%	3,8%
Pecuária de corte, cria – com aplicação crescente de tecnologia	1,4%	2,7%
Agricultura anual – soja e milho	3,5%	2,5%
Pecuária de corte, ciclo completo – baixa tecnologia	1,0%	2,3%
Pecuária de corte, recria e engorda – baixa tecnologia	0,1%	0,7%
Ibovespa	-17,7%	-0,7%
Cria – baixa tecnologia	-1,5%	-1,1%
Produção e fornecimento de cana	1,3%	-1,4%
Leite – baixa tecnologia	-3,0%	-3,8%

Fonte: FGV; BACEN; Banco do Brasil; Scot Consultoria

na ordem de 40,6%. Também aumentou o valor da arroba do boi magro (doze arrobas) e do boi gordo, em, respectivamente, 30,6% e 26,2%.

No caso da pecuária leiteira, o fato de os preços do leite em 2013 estarem em níveis historicamente melhores atraiu maiores investimentos para a atividade em 2014. Com a colaboração da queda nos custos de produção na parte dos grãos e farelos usados para a alimentação animal, o resultado foi uma maior produção. Sem resposta de aumento da demanda, houve geração de excedentes na oferta.

A rentabilidade média da pecuária leiteira teve queda de 2013 para 2014. Na alta tecnologia, continuou positiva, mas, na baixa, ficou pior ainda. Para a agricultura de grãos (soja e milho) e o arrendamento geral (média das melhores opções) e em regiões de cana, as rentabilidades seguiram positivas, ainda que menores do que as de 2013.

De qualquer forma, independentemente das perspectivas consideradas, a gestão e o planejamento são as principais armas à disposição para enfrentar os tempos difíceis ou desfavoráveis. A aplicação de tecnologia na busca da melhoria dos índices produtivos e dos ganhos em escala tem sido a chave do sucesso, seja na agricultura ou na pecuária. Os resultados apresentados podem variar caso a caso, pois parâmetros como produtividade, preço da terra, momento e preço de venda da produção, dentre outros, são fatores responsáveis por alterarem a rentabilidade dentro de uma mesma atividade. ■

BIODIESEL

OPORTUNIDADES DO MERCADO BRASILEIRO

DA REDAÇÃO

O BIODIESEL brasileiro – biocombustível oriundo de matérias-primas como os óleos de soja e de algodão, a gordura animal e os óleos de fritura usados – é, hoje, produzido em treze diferentes estados, nas cinco regiões do País, gerando milhares de empregos e contribuindo para o crescimento do Produto Interno Bruto nacional.

Em 2014, entrou em vigor a Lei nº 13.033, que estabeleceu a elevação do percentual de mistura compulsória do biodiesel no diesel B – que possui biodiesel adicionado – dos 5% (B5) anteriores para os atuais 7% (B7). Essa importante medida contribuiu sobremaneira para a redução das importações de diesel mineral: o Brasil economizou R$ 850 milhões em importações de diesel mineral, ao mesmo tempo que elevou a produção e comercialização de biodiesel para 3,41 bilhões de litros no mesmo ano. Em 2015, a expectativa é de que a economia em importações de diesel ultrapasse os R$ 2,1 bilhões.



SHUTTERSTOCK

A substituição das importações de diesel fóssil pelo uso de biodiesel produzido no Brasil seguramente é uma estratégia acertada por parte do Governo e da sociedade brasileira. A decisão por políticas de incentivo ao uso dos biocombustíveis traz não só diversificação à matriz de combustíveis, mas propicia, também, ao agronegócio uma oportunidade de agregação de valor. Reflexos já aparecem na indústria processadora de soja, que, após três anos processando uma média de 36,5 milhões de toneladas, deve elevar o esmagamento do grão em 2,1 milhões de toneladas em 2015, atingindo 38,6 milhões de toneladas processadas.

O biodiesel também promoveu forte valorização do sebo bovino, outrora resíduo da indústria frigorífica e, hoje, coproduto de relativa importância no portfólio dessas empresas. De forma geral, os efeitos multiplicadores da produção e do uso do biodiesel alastram-se por inúmeros outros setores da economia, especialmente naqueles vinculados à produção agroindustrial no interior do País.

PERSPECTIVAS PARA 2015

As perspectivas para este ano são desafiadoras: a produção de biodiesel deverá atingir o patamar de 4,2 bilhões de litros, um acréscimo próximo a 25% em relação a 2014. Investimentos em ampliação das unidades industriais vêm sendo realizados pelo setor. Cada vez mais, há também pesquisa em novas fontes de matérias-primas.

Para que tais desafios sejam transformados em oportunidades de crescimento, cabe a discussão, em ampla escala, sobre formas de impulsionar ainda mais esse setor. Medidas como o **B20 Metropolitano** – que prevê a utilização de 20% de biodiesel nos ônibus de transporte urbano de passageiros em municípios com mais de 500 mil habitantes – e o **BX Opcional** – que visa à criação de um mercado autorizativo acima do B7 compulsório – são ações prioritárias, cujos resultados positivos espalhar-se-iam virtuosamente por todo território nacional na forma de empregos, renda e melhor qualidade do ar.

No caso do BX Opcional, a proposta em discussão no âmbito do Poder Executivo sugere que, em circunstâncias nas quais houvesse atratividade econômica no maior uso do biodiesel, as distribuidoras de combustíveis seriam autorizadas a elevar suas aquisições do produto até o teto de 10% (B10). Os desdobramentos imediatos seriam:

• redução dos preços do diesel B, haja vista que somente haveria incentivo ao consumo incremental se o biodiesel fosse entregue às distribuidoras a preços mais baixos do que o diesel A – que não possui biodiesel adicionado;

• aumento de investimentos, considerando que ampliações e construções de novas unidades de biodiesel seriam viabilizadas;

• melhor remuneração da soja ao produtor rural, uma vez que mais elevada seria a demanda pelo grão; e

• elevação do PIB, pois maior seria a substituição das importações de diesel pelo uso de biodiesel doméstico.

2015, portanto, é um ano de desafios e oportunidades. Se bem aproveitadas, põe-se em movimento o círculo virtuoso que leva ao desenvolvimento regional e à criação de riquezas; caso contrário, perde-se uma chance de aprimoramento da matriz energética nacional. O biodiesel está pronto para elevar sua responsabilidade no mercado de combustíveis brasileiro. ■

EXTERNALIDADES DO BIODIESEL

Vinculados à produção brasileira de biodiesel encontram-se mais de 85 mil agricultores familiares, dos quais mais de 95% mostram-se favoráveis à ampliação do mercado do biocombustível. Em termos de balanço de emissões, calcula-se que o uso do biodiesel reduz em pelo menos 70% as emissões de gases do efeito estufa (GEE), quando comparado ao uso de diesel fóssil; reduzem-se, também, as emissões de materiais particulados, hidrocarbonetos e monóxido de carbono, substâncias malignas à saúde do ser humano.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), houve aumento médio de 9,8% nos preços do diesel A ao produtor na comparação de 2014 com 2013. No mesmo período, os preços do biodiesel às usinas recuaram, em média, 5,7%.

ÁGUA

DESAFIOS HÍDRICOS NA PRODUÇÃO ANIMAL

JULIO CESAR PASCALE PALHARES

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na área de Avaliação de Impactos Ambientais e Manejo de Recursos Hídricos na Pecuária

O QUADRO de seca e escassez sem precedentes na região Sudeste do País aguça a opinião pública sobre o uso da água. Os reflexos dessa situação são negativos nos meios urbano e rural. O Brasil sempre apresentou uma condição de conforto hídrico em comparação a outros países e aos principais produtores de *commodities* agropecuárias. No entanto, falta ainda ao País aprender o que é um recurso finito: a sua conservação depende de ações estratégicas para sustentar o futuro dos sistemas de produção de alimentos.

Como a agropecuária é uma atividade intensiva no uso da água (consome 84% de toda água utilizada no Brasil), a gestão desta deve estar inserida no dia a dia dos produtores. No sistema de produção animal, esse recurso é manejado em três dimensões: alimentar, de insumo e como recurso natural. Um grande salto de eficiência será dado quando as cadeias produtivas incorporarem o conceito de manejo hídrico, definido como o uso cotidiano de conhecimentos, práticas e tecnologias para garantir a oferta de água em quantidade e qualidade. O primeiro passo dá-se com a consciência de que, se não há o manejo diário, inexistirão melhores condições hídricas.

Pesquisas mostram como produzir proteína animal de forma hídrica correta. Há práticas nutricionais para reduzir a chamada pegada hídrica (o volume de água total usado durante a produção e o consumo de bens e serviços). O seu cálculo leva em conta o processo de produção dos produtos até o consumo direto e indireto (potencial poluidor).

BRASIL: USO DA ÁGUA

MODALIDADE	PARTICIPAÇÃO
Irrigação	72%
Dessedentação animal	11%
Suprimento rural	1%
Subtotal	**84%**
Abastecimento urbano	9%
Fins industriais	7%
Total	**100%**

Fonte: ANA

Se os conhecimentos e as tecnologias existem, as dificuldades consistem em inseri-los no cotidiano produtivo das propriedades. Com base em trabalhos de agências internacionais e nacionais, foram levantados uma relação de desafios e os seus respectivos impactos no uso do recurso hídrico sobre a produção animal (veja quadro abaixo). Pode-se dizer, de modo geral, que os pontos listados são inerentes a todas as cadeias produtivas pecuárias. A sua superação no curto, no médio e no longo prazos passa pelas especificidades de sistemas de produção, região produtora, estrutura dos órgãos de fiscalização, pressão social e as forças de mercados, dentre outros fatores.

O setor pecuário precisa dispor de informações. Isso vai desde os itens mais simples, como o volume de água utilizado para se produzir 1 quilograma de leite ou de carne, até os mais complexos, como os limites hídricos de determinada propriedade e região. O resultado é a geração de conhecimentos para o setor ser símbolo de eficiência e produtividade hídrica.

É importante lembrar que, com o aumento no consumo de produtos de origem animal, principalmente nos países em desenvolvimento, a pressão da atividade pecuária sobre os recursos hídricos tende a aumentar. ■

DESAFIOS E IMPACTOS DO USO DO RECURSO HÍDRICO PARA A PRODUÇÃO ANIMAL

DESAFIOS	IMPACTOS
Criar bancos de dados de uso da água e dos impactos das atividades sobre este recurso	- Aumento da precisão no cálculo de uso da água; - Fonte de informação para a formação de estudantes, pesquisadores e demais atores interessados; - Melhora na comunicação com a mídia e a sociedade.
Estabelecer indicadores de desempenho hídrico	- Permitir a avaliação e monitoramento hídrico dos sistemas de produção; - Subsídio para definição de políticas e legislações.
Estabelecer itinerários técnicos dos sistemas de produção	- Necessária a obtenção de licenças e certificações; - Importante para a disseminação do manejo hídrico e de resíduos; - Promoção da responsabilidade socioambiental.
Utilizar práticas e manejos da água e dos resíduos	- Melhoria da biossegurança; - Cumprimento das diretrizes de bem-estar do animal; - Redução da vulnerabilidade das águas aos resíduos dos sistemas; - Garantir oferta de produtos de melhor qualidade; - Preservação e conservação da água.
Mensurar o impacto econômico da água no custo de produção	- Maior eficiência de uso do recurso; - Redução do custo de produção; - Subsídios às certificações e pagamento por serviços ambientais.
Capacitar em manejo hídrico e de resíduos	- Aumento na eficiência de uso da água; - Redução da vulnerabilidade das águas aos resíduos.
Participar de eventos e gerar conteúdos	- Mudar a imagem do setor em relação ao uso excessivo da água; - Demonstrar o valor ambiental na produção de proteína animal; - Promover o aprimoramento de legislações, políticas e programas.

IMPACTOS DA SECA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Diante da crise hídrica, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA) estão realizando, em conjunto, um amplo levantamento sobre o impacto da seca na produção de alimentos e na inflação. A ideia é mapear onde pode faltar água para atividades agrícolas e traçar as necessárias ações emergenciais.

Para traçar esse quadro, o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) burila suas previsões sobre como deverá se comportar o regime de chuvas nos próximos três meses em todas as regiões brasileiras. A Conab, por sua vez, checa seus estoques de alimentos para antever possíveis problemas de abastecimento em função da ausência de chuvas em áreas de produção.

A Embrapa e a Agência Nacional de Águas (ANA) também participam do Grupo de Trabalho que terá a missão de apresentar o quadro o mais completo possível da situação.

Esses órgãos vêm trabalhando no acompanhamento da umidade do solo em todo o território nacional, com o objetivo de dimensionar o volume de água que está disponível para a produção de alimentos. O levantamento envolve, também, a apresentação de propostas para aumentar a capacidade de armazenagem de água em represas e lagos junto às propriedades rurais.



COP-21

O NOVO ACORDO DE CLIMA E A AGRICULTURA BRASILEIRA

RODRIGO C. A. LIMA
Gerente-geral da Agroicone Consultoria – rodrigo@agroicone.com.br

NO FINAL de 2015, ocorrerá a COP-21 – Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima –, em Paris. As negociações possuem um objetivo claro: aprovar um novo acordo ou protocolo que vincule todos os países ao combate à mudança do clima, seguindo a Convenção, o que deve envolver ações de mitigação, adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologias, capacitação e financiamento.

O maior desafio é como diferenciar os compromissos que os maiores emissores de gases do efeito estufa (GEEs) terão que assumir. Isso significa criar obrigações para os países desenvolvidos envolvendo China, Brasil, Índia, África do Sul, dentre outros.

O Brasil é um país central. Em paralelo, a COP-15, em 2009, aprovou a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), que se baseia em planos setoriais de mitigação, com foco na redução do desmatamento, na agricultura de baixo carbono e em energias renováveis (leia artigo sobre agricultura de baixa emissão de carbono na página 32).

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) visa promover a adoção de práticas como plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens degradadas, entre outras. O ABC foi um pontapé inicial, e sua implementação, desde 2012, permite apontar acertos e fragilidades que precisam ser lapidados.

Em 2005, as emissões oriundas do desmatamento representavam 58% do total das emissões nacionais em CO_2 equivalente. Em 2012, este número caiu para 15%. Esta redução, que já ultrapassa 650 milhões de toneladas de CO_2, contribuirá significativamente para o Brasil cumprir seu compromisso voluntário de redução de emissões até 2020.

Em contrapartida, as emissões da energia e da agropecuária, que representavam, respectivamente, 16% e 20% do total de emissões em CO_2 equivalente em 2005, saltaram para 37% cada em 2012.

Em um cenário no qual o Brasil adote metas, essa mudança no perfil das emissões nacionais traz dois sinais relevantes para a formulação das estratégias nacionais:

• A redução do desmatamento não será mais o foco das ações de mitigação; os estoques florestais na forma de redução de emissões por desmatamento e degradação poderão ter algum valor, dependendo das negociações; e

• Eventuais compromissos/metas assumidas no novo acordo exigirão ações em todos os setores, com foco em energia e agropecuária.

Os primeiros movimentos com o propósito de discutir quais ações o Brasil deverá fazer no novo acordo estão em curso. Até no máximo outubro de 2015, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) terá que enviar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) as con-

tribuições nacionalmente determinadas que o Brasil pretende adotar (INDCs).

Em abril, o MRE publicará o relatório final da consulta pública que começou em 2014. Em paralelo, o Governo terá à mão os resultados do estudo coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sobre opções de mitigação e do projeto IES Brasil, que conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O acordo da COP-21 e as INDCs levadas pelo Brasil exigirão uma densa revisão da PNMC. Como isso será feito é uma ótima pergunta. É possível fortalecer as ações de baixo carbono na agricultura, cumuladas com o aprimoramento da contabilização das emissões e remoções de carbono, o que pode – e deve, a meu ver – fomentar a criação de um Plano ABC Plus.

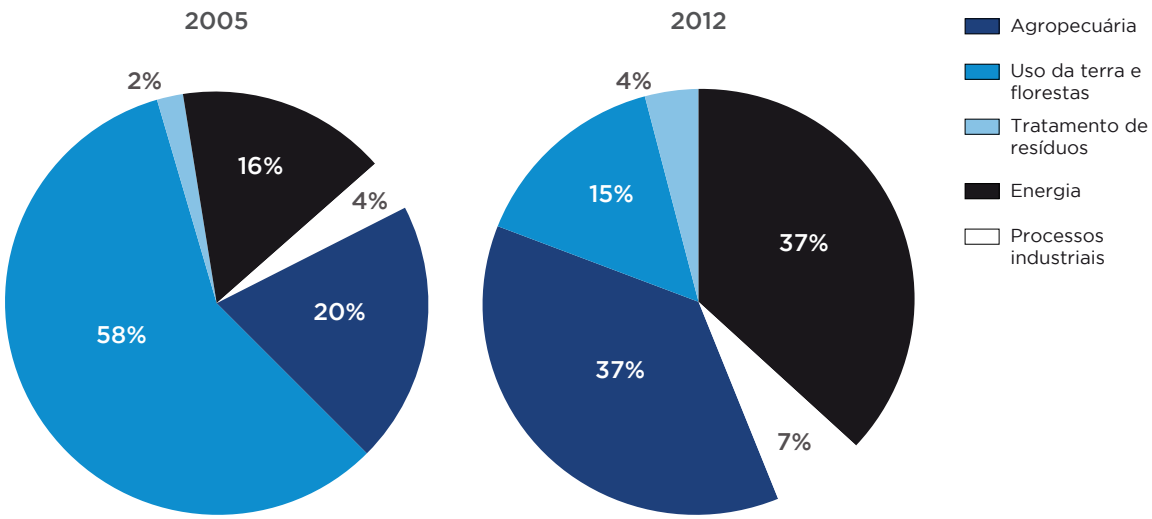
As INDCs precisam indicar um volume de carbono que futuras ações de mitigação permitirão alcançar. Quando se pensa no setor agrícola, é razoável esperar argumentos que defendem o deixar de exportar produtos agropecuários e a mudança radical do modelo agrícola brasileiro.

Afinal, na visão de muita gente, a agricultura é a única culpada pelo desmatamento, o óxido nitroso e o metano da pecuária são nocivos, bem como as emissões do plantio de arroz, milho, soja e outras culturas.

Reduzir o consumo de carne como uma questão de saúde, quando recomendado, é benéfico. Mas, consumir carne ou outras proteínas animais é fundamental para a saúde. Aí, vem a pergunta: existem soluções para reduzir emissões da pecuária, ou a única saída é se tornar vegetariano?

A visão bucólica de que a produção de alimentos orgânicos ou locais e a agricultura familiar são os modelos de desenvolvimento sustentável da agricultura é equivocada. Estas práticas também emitem GEEs e nem sempre chegam

PERFIL DE EMISSÕES DO BRASIL EM CO_2 EQUIVALENTE



Fonte: MCTI

a um balanço positivo de emissões por unidade de produto.

A saída para a agricultura de baixo carbono passa por várias ações: promover ganhos de produtividade; incentivar a intensificação da pecuária; recuperar pastagens e áreas degradadas; liberar terras para outras culturas; incrementar o uso de biocombustíveis e investir na segunda geração de etanol; usar o potencial de geração de energia oriunda da bioeletricidade de cana e outas fontes de biomassa; fomentar a recuperação de florestas nativas com base no Código Florestal; expandir o plantio de florestas comerciais; sem falar em todas as outras ações do Plano ABC.

Nesse cenário, é salutar que as emissões da agricultura aumentem ao longo dos anos, pois isso comprovará a expansão da produção de alimentos e energias renováveis. O objetivo central é produzir mais emitindo menos.

No plano internacional, as negociações serão intensas. No plano interno, a definição das INDCs exige uma coordenação do setor privado junto ao Governo (MAPA e Embrapa, MCTI, MDIC, MMA, MME e MRE), pois as contribuições que o Brasil enviará pautarão a futura revisão da PNMC e a criação de novas políticas.

É o momento para começar a se desenhar um Plano ABC Plus, robusto, que permita alinhar e coordenar de forma estratégica diversas ações que impulsionem e promovam a agricultura tropical de baixo carbono, que ajudará cada vez mais a alimentar o mundo. ■



SHUTTERSTOCK

AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

A EVOLUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA

EDUARDO DELGADO ASSAD
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e professor do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)

SUSIAN MARTINS
Consultora do Observatório ABC

O PLANO Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, conhecido como Plano ABC, tem o objetivo de garantir o aperfeiçoamento contínuo das práticas agropecuárias que reduzam a emissão de gases do efeito estufa (GEEs). O Plano ABC foi delineado em 2009, no contexto da Conferência do Clima da ONU em Copenhague, a COP-15. A fim de tentar romper o impasse que ameaçava a obtenção de um acordo internacional para enfrentar as mudanças climáticas, o Brasil adotou uma posição ousada, propondo objetivos voluntários de redução de emissões para toda a economia. O País comprometeu-se a reduzir suas emissões de GEEs de 36,1% a 38,9% (cerca de 1 bilhão de toneladas de CO_2eq) em relação ao que emitiria em 2020. Nesse contexto, a meta para o setor agropecuário é de reduzir de 133,9 a 162,9 milhões toneladas de CO_2eq até 2020, por meio da adoção de diversas técnicas agropecuárias mitigadoras de GEEs:

- Recuperação de pastagens;
- Integração lavoura-pecuária (iLP) e integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF);
- Sistema de plantio direto (SPD);
- Florestas plantadas;
- Fixação biológica de nitrogênio (FBN); e
- Tratamento de dejetos animais.



SHUTTERSTOCK

Considerando o perfil tecnológico do setor e a disponibilidade de tecnologias capazes de assegurar uma produção agrícola cada vez mais eficiente, com a vantagem adicional de baixas emissões de GEEs e uso racional dos recursos naturais, verifica-se que o potencial de mitigação da agropecuária vai muito além das metas estipuladas no Plano ABC.

• Recuperação de pastos e integração lavoura-pecuária (iLP) e integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF)

Trabalhos de levantamento de estoque de carbono (C) no solo em diferentes localidades do Brasil demonstram uma diferença de 10 tC/ha (toneladas de carbono por hectare) entre o estoque de C num pasto degradado e num pasto bem manejado (1 tC/ha/ano), assim como trabalhos de campo da Embrapa apontam uma diferença no estoque de carbono no solo entre pasto mal manejado e iLP/iLPF de 17 tC/ha (1,7 tC/ha/ano). Também é importante salientar que existem, no Brasil, em torno de 60 milhões de hectares de pastos em processo de degradação. Considerando que, num intervalo de dez anos, seria possível atingir o valor médio da diferença entre o estoque de carbono em pastos degradados e em sistemas integrados ou recuperados, e que 45 milhões de hectares de pastos poderiam ser recuperados e 15 milhões transformados em sistemas integrados, é possível evitar as emissões em 143 milhões de toneladas de CO_2eq/ano. Assim, apenas com a recuperação de pastagens e com sistemas integrados, praticamente a meta total do Plano ABC já é atingida.

• Sistema de plantio direto (SPD)

Em se tratando de SPD, a área potencial para sua implantação no Brasil em dez anos é muito maior do que os 8 milhões de hectares preconizados no Plano ABC, podendo chegar a 20 milhões de hectares, com um potencial de mitigação de 23 milhões de toneladas de CO_2eq/ano.

• Florestas plantadas

Para florestas plantadas, considerando os 8 milhões de hectares atualmente existentes no País mais os 8 milhões de hectares de expansão preconizados pelo setor florestal em dez anos, o potencial de mitigação pode chegar a 556 milhões de toneladas de CO_2eq/ano.

• Fixação biológica de nitrogênio (FBN)

Admitindo a conversão de toda a área plantada de soja e milho para FBN, o potencial de mitigação pela diminuição do uso de adubos nitrogenados é de 29,7 milhões de toneladas de CO_2eq/ano.

CENÁRIO INTERNACIONAL DOS ACORDOS DE MITIGAÇÃO – EUA E CHINA

Na Conferência Internacional do Clima em Lima, no Peru, em dezembro de 2014, as ações de mitigação ganharam mais força, uma vez que os principais emissores, Estados Unidos e China, ainda sem estabelecer metas muito claras, comprometeram-se a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa.

O Brasil, nesse contexto, é responsável por aproximadamente 3% das emissões mundiais. Os três setores que mais emitem no País são a mudança do uso da terra, a energia – devido principalmente ao uso de termelétricas – e a agricultura. No caso da agricultura, duas atividades são as principais emissoras: a utilização de fertilizantes nitrogenados e a pecuária.

POTENCIAL DE MITIGAÇÃO DE GEEs EM DEZ ANOS COM A ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

TECNOLOGIA	POTENCIAL DE ARMAZENAMENTO DE CARBONO	ÁREA POTENCIAL	POTENCIAL DE EMISSÕES EVITADAS/ANO	EMISSÕES LÍQUIDAS EVITADAS/ANO
	TONELADAS/ HECTARE/ANO	MILHÕES DE HECTARES	MILHÕES DE TONELADAS DE CO_2EQ	
Recuperação de pastos	1,00	45	162,0	79,06[2]
iLP/iLPF	1,70	15	91,8	63,72[2]
SPD	0,50	20	36,0	23,42[3]
Reflorestamento	10,00	16	576,0	556,32[1]
FBN	0,18	46	29,7	29,70[4]
Total CO_2eq/ano	–	–	**895,5**	**752,20**

[1] Valores estimados para eucalipto, com adubação de 80 kg de nitrogênio/hectare
[2] Neutralizando as emissões do gado e a adubação do pasto
[3] Considerando adubação média de 100 kg de nitrogênio/hectare
[4] Considerando que a não aplicação de 100 kg de nitrogênio/hectare em soja e milho evitaria as emissões de 0,18 toneladas de C/ha/ano

ESTIMATIVA NACIONAL DE EMISSÕES DA AGROPECUÁRIA *VERSUS* POTENCIAL NACIONAL DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

Considerando a mais recente Estimativa Nacional de Emissões da Agropecuária do governo federal, de 446,5 milhões de toneladas de CO_2eq (correspondendo a 29,4% das emissões totais do País), e o potencial de redução de emissões de 752 milhões de toneladas de CO_2eq estimado no presente trabalho (que não considerou o tratamento de dejetos animais), pode-se admitir que a agricultura brasileira deixará de ser uma das principais responsáveis pela emissão para ser considerada como uma eficaz mitigadora de GEEs, no futuro muito próximo. Ademais, essas estimativas do potencial de mitigação do setor evidenciam que as ações e os recursos rumo a uma agricultura de baixa emissão de carbono devem ir além das metas e prazos indicados pelo Plano ABC.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA O AVANÇO DO PLANO ABC

• Um dos principais gargalos no cumprimento do Plano ABC é a sua baixa disseminação, limitada pela carência de técnicos multiplicadores capazes de treinar os agricultores e pecuaristas nas tecnologias de baixa emissão de carbono, em especial no Norte e no Nordeste.

• Também existem desequilíbrios regionais no financiamento e no número de contratos firmados pelo Programa ABC. O Norte e o Nordeste detêm o menor número de contratos e percentual de desembolso. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul ficaram com a maior fatia do Programa, embora tenham relativamente menos problemas de emissão e intensificação produtiva e mais tecnologia agrícola do que as demais regiões.

• É importante priorizar os 535 municípios com baixa taxa de lotação de pastagens, 112 deles na Amazônia. Dessa forma, aproveita-se o efeito poupa-terra, cumprindo-se o objetivo inicial do Plano, que é também reduzir a pressão de desmatamento na região amazônica e aumentar a eficiência da pecuária.

• O Brasil ainda não tem à disposição um programa de monitoramento operacional para verificar o cumprimento das metas do ABC. É preciso ampliar a rede de laboratórios de análise química de solos, georreferenciar as áreas financiadas, investir em pesquisa científica para o desenvolvimento de inoculantes para ampliar a FBN, além de colocar em funcionamento o Laboratório Virtual Multi-Institucional de Mudanças Climáticas, que deverá coordenar o monitoramento do Plano ABC. ■

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

FOCO NAS CADEIAS DE VALOR DO AGRONEGÓCIO

CLEBER LIMA GUARANY
Coordenador de projetos da FGV Projetos

A ECONOMIA brasileira começa o ano tropeçando nos obstáculos criados por uma série de equívocos praticados na política macroeconômica nos últimos anos. Diante de tantas dúvidas, uma questão de relativo consenso refere-se à necessidade de o Governo conter os gastos públicos, para ajudar a colocar a economia de volta nos trilhos.

Dentre os gastos públicos, as despesas correntes e os investimentos, os primeiros representam custos altíssimos e deveriam ser cortados drasticamente. Contudo, é importante tomar cuidado com os cortes em investimentos. Neste momento em que a economia precisa ser recuperada, é importante dar impulso aos investimentos produtivos que se destinam à melhoria da competitividade setorial, evitando investimentos que não causem impacto direto na cadeia produtiva.

É como se um produtor agrícola que desejasse aumentar sua produtividade gastasse seu dinheiro comprando ativos que não influenciam na redução do custo de produção ou no aumento do seu rendimento, como uma casa ou um carro esporte em detrimento de uma máquina ou um implemento agrícola mais moderno e eficiente.

Numa época de contenção de gastos, eleger prioridades é crucial. Se existem gargalos nas cadeias de valor estratégicas para o País, então, estas devem ser priorizadas para receber investimentos, pois são fundamentais para dinamizar e manter oxigenada a economia.

Investimentos como o projeto do trem de alta velocidade ligando as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, apesar dos muitos benefícios previstos, são exemplos de investimento que não causa impacto positivo nas cadeias de valor estratégicas do País e que, portanto, não deveria ser priorizado neste momento.

Um dos desacertos fundamentais do governo brasileiro tem sido a deficiência no planejamento dos investimentos públicos com foco no fortalecimento das cadeias de produção que possuam vantagens comparativas em relação aos seus competidores mundiais.

O agronegócio brasileiro é um exemplo clássico de setor que possui muitos segmentos competitivos. Os nossos custos de produção, produtividade e qualidade, aliados à nossa capacidade de inovação contínua, têm nos ajudado a impulsionar nossas exportações de maneira robusta.

Há algum tempo, não se tem dado a devida atenção aos gargalos da agroindústria. Os investimentos públicos, quando realizados, também são efetuados de maneira isolada, e não integrada.

De que adianta termos linhas de financiamento atrativas, com taxas de juros subsidiadas, para melhorar nosso sistema de armazenamento da produção agrícola se nossas estradas e ferrovias são ineficientes, se os nossos portos são obsoletos e encarecem nossas exportações?

Os investimentos públicos na cadeia do agronegócio brasileiro têm força para ajudar a colocar a economia novamente em uma trajetória virtuosa.

Se analisarmos a microeconomia, veremos que as empresas estão fazendo seu papel. O Brasil ocu-



SHUTTERSTOCK

POSIÇÃO DO BRASIL NO MERCADO MUNDIAL (2014)

BRASIL: *RANKING* MUNDIAL		
PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
Etanol	1º	1º
Açúcar	1º	1º
Café	1º	1º
Suco de laranja	1º	1º
Tabaco	1º	1º
Complexo soja	1º	1º
Carne bovina	2º	1º
Carne de frango	3º	1º
Milho	3º	2º
Carne suína	4º	4º

Fonte: GV Agro

pa importante posição no *ranking* de produção e exportação agrícola e pecuária de vários produtos. Isso é reflexo da melhoria contínua implementada pelo setor.

Levando em conta a dura missão da atual equipe econômica de combater a inflação sem elevar as taxas de desemprego e utilizando os instrumentos clássicos de aumento da taxa de juros e de impostos e diminuição dos gastos correntes, a opção de manter os investimentos públicos produtivos para o setor do agronegócio pode ser uma escolha certa para atenuar esse efeito, haja vista que o setor representa 23% do PIB e emprega 34% da força de trabalho do País.

O ajuste macroeconômico deve preservar a competitividade do agronegócio, sob pena de perdermos espaço para novos *player*s que estão surgindo no mercado mundial, mais especificamente em relação aos nossos vizinhos da América Latina e ao continente africano, que oferecem terras baratas, baixa carga tributária e linhas de financiamento atraentes. ■

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS (ASBRAM)

ASBRAM
Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais



SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA PRODUÇÃO DE CARNE E LEITE

A ASSOCIAÇÃO Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) congrega as indústrias brasileiras produtoras de suplementos para a pecuária. A sua constituição deu-se em 1997, com o objetivo de buscar o fortalecimento por meio da união. Hoje, conta com sessenta e quatro associadas, estabelecidas em treze estados, que detêm a produção majoritária do segmento da suplementação.

Apesar da sua curta história, a agenda da ASBRAM é densa e cheia de iniciativas. Possui uma atuação marcada pela aguerrida defesa do estabelecimento e da preservação de um mercado livre e isonômico. Essa direção estratégia está plenamente comprometida com o desenvolvimento sustentável da pecuária nacional.

A entidade acompanha o processo célere de modernização nos fundamentos gerenciais e industriais das suas associadas. O ambiente de acirrada competição presente no setor decorre das exigências impostas pela cadeia da proteína animal. As respostas das empresas consistem em alinhar-se com as perspectivas e tendências de futuro no tocante às boas práticas de fabricação, rastreabilidade e sustentabilidade.

Com isso, agradecemos o apoio da rede de organizações empresariais e acadêmicas, públicas e privadas que integram a cadeia de suplementação mineral.

A DIRETORIA



Presidente
Lauriston Bertelli Fernandes



FEEDFOOD/ EPITÁCIO PESSOA

Diretor vice-presidente
Nelson de Souza Lopes



Diretora
Elizabeth Chagas



Diretor primeiro secretário
Flávio Geraldo Ferreira Castro



Diretor segundo secretário
Robson Guimarães



Diretor primeiro tesoureiro
Fernando Penteado Cardoso Filho



Diretor segundo tesoureiro
Leonardo Luiz Cerize Junior

ENTREVISTA COM LAURISTON BERTELLI FERNANDES

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA PRODUÇÃO DE CARNE E LEITE

Agroanalysis: As características climáticas nacionais, com suas variações estacionais extremas, de umidade e estiagem, exigem uma vigilância muito especial por parte do criador?

Lauriston Bertelli Fernandes A criação de gado de corte nas pastagens tropicais mostra um traço marcante na curva de desempenho dos bovinos, com uma diferenciação clara entre as fases de ganhos e perdas de peso. No Brasil, esse ciclo abre-se em novembro e dezembro e se fecha entre abril e maio, com maior ingestão de pasto e maior ganho de peso por parte dos animais Depois, como o ambiente fica bem mais exigente para tocar com eficiência a criação mantida no pasto, medidas técnicas precisam ser providenciadas.

Agroanalysis: Essa é a realidade em que vem à tona a questão básica da necessidade de suplementação mineral do rebanho bovino nacional?

LBF Do ponto de vista técnico, a suplementação é a ferramenta para suprir aquele elemento deficiente da dieta básica. Nesse sentido, ela não substitui, mas, sim, completa o poder nutricional das pastagens. A entrada e a saída da estação de seca devem ser encaradas como um período de transição delicado e sensível. Por isso, cabe haver, previamente, a elaboração de um plano que leve em conta a capacidade de lotação do pasto, o tratamento sanitário, o manejo adequado, a localização, a medida dos cochos e o plano de suplementação proteica ou energético-proteica e a categoria dos bovinos a serem tratados, dentre outros. Todos esses aspectos refletem sobre os índices zootécnicos do rebanho.

Agroanalysis: Existe, na verdade, um conjunto de fatores a serem considerados na produção da bovinocultura de corte e leite?

LBF Ratificamos como fundamental a suplementação mineral no sistema de produção a pasto, pelo seu papel no equilíbrio nutricional da dieta fornecida ao animal. No plantel, temos animais em estágios diferentes, como os recém-desmamados, os mais pesados em terminação e aqueles em crescimento. Cada um deles possui demandas diferentes. Com o avanço da estiagem, aumenta a quantidade de fibras e diminui a qualidade proteica das pastagens, enquanto os animais ingerem menos massa e podem perder de 1 a até 2 arrobas de peso. Na rebrota das pastagens, o uso de produtos específicos e aditivos faz parte da boa prática.

Agroanalysis: Podemos avaliar o ano passado como positivo para a indústria de suplementação mineral. Para 2015, prevalece esse mesmo cenário?

LBF Estamos num exercício complicado quando se olha a economia interna do País. O Produto Interno Bruto (PIB) segue pequeno, sem a expectativa de aumento no consumo interno. No caso particular da pecuária, a expectativa é de continuidade no quadro conjuntural do ano passado. Os preços dos bovinos seguem firmes, e a aposta está na conquista e na abertura de novos mercados para exportação. Esse ambiente estimula o criador a investir em tecnologia para melhorar a qualidade e a produtividade do seu rebanho.

CENÁRIO DE PREÇOS FIRMES NA PECUÁRIA

Como insumo importante para a criação, a demanda de produtos para a suplementação do gado varia em função direta com o seu preço de mercado. A subida de preço e a melhor possibilidade de margem de lucro estimulam o fazendeiro a investir em tecnologia. Os expressivos resultados apurados na comercialização de suplementos minerais em 2010 e 2011 refletem justamente uma conjuntura de valorização do mercado bovino brasileiro. Neste período, a arroba do boi gordo ultrapassou a casa dos R$ 100,00.

Em 2012, com pequeno incremento no PIB, de apenas 1%, faltou fôlego para a demanda por carne bovina acompanhar o aumento da oferta – por volta de 4%, segundo dados de abate do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Por sua vez, na época, Jorge Matsuda, então presidente da ASBRAM, explicava que "a forte seca na região Nordeste aqueceu os preços dos grãos e prejudicou a engorda dos bovinos, cujos preços não

CAMINHO DA CONSCIENTIZAÇÃO

Estimativas da ASBRAM apontam que 25% da boiada brasileira são suplementados apenas numa parte do ano – em geral durante a seca, quando a velocidade de crescimento dos capins é reduzida. Deixar de utilizar o sal mineral na criação bovina pode resultar em doze vezes mais casos de abortos no rebanho e perdas de 20% no peso médio ao desmame e de 40% ou mais no ganho diário de peso.
Como o solo das regiões do Cerrado brasileiro é muito pobre em minerais, a suplementação é indispensável. Esta condição difere daquela ocorrente na região Sul do Brasil, bem como daquela dos nossos vizinhos no Uruguai e na Argentina, onde os solos ricos em minerais oferecem pastagem melhor. "Enquanto os minérios são importados, aqueles de origem nacional sofrem com a ineficiência logística do País. Estados como Mato Grosso e Goiás, por exemplo, pagam preços superiores a 15% por conta da logística", segundo Elizabeth Chagas, diretora da ASBRAM.

BRASIL: MERCADO DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(MIL TONELADAS)

ANO	Quantidade	Ano	Quantidade
2001	1.250	2008	1.900
2002	1.500	2009	1.770
2003	1.700	2010	2.150
2004	1.850	2011	2.350
2005	1.750	2012	1.900
2006	1.750	2013	1.950
2007	1.800	2014	2.480

Fonte: ASBRAM

reagiram, com desestímulo para a demanda por mineralização. Além disso, outro fator relevante foi o inverno chuvoso no Centro-Oeste, com redução da necessidade do gado por suplementação". Do lado externo, os embargos impostos pela Rússia à carne brasileira, junto com a crise econômica no mercado europeu, também colaboraram para o resultado negativo do setor.

Em 2013 e 2014, diante do abate de matrizes realizado nos anos anteriores, o mercado registrou um expressivo aumento no preço dos bezerros e na oferta ajustada de bois para abate. A correção desse desequilíbrio deverá ocorrer somente após 2016. Somente um quadro de abrupta recessão interna pode mudar o cenário a curto prazo. Os próprios frigoríficos demonstram preocupações com as suas margens de lucro face às dificuldades em repassar os preços aquecidos das matérias-primas aos distribuidores e varejistas.

SHUTTERSTOCK



PREVISÕES DA FAO

A demanda internacional por proteína animal segue firme e chega aos continentes asiático e africano. As previsões da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) são de que o consumo de proteína animal tende a se intensificar nos próximos dez anos. Isso significa pressão nos preços com índices superiores aos dos produtos agrícolas. O Brasil tem condições de suprir essa demanda, já que possui terras para pastagens, farelo de soja e milho com preços competitivos e água.

Segundo Gustavo Chianca, representante assistente da FAO no Brasil, "o índice de insegurança alimentar diminui no mundo, com milhões de pessoas saindo da pobreza e passando a consumir carne, leite e ovos e seus derivados". O relatório "Perspectivas Agrícolas 2014/2023", divulgado em Roma pela FAO, registra que 75% da produção agropecuária adicional a ser consumida no mundo sairão da Ásia e da América Latina. Como o maior exportador de carne bovina e de aves, o Brasil fica na mira dos compradores internacionais. Para o pecuarista brasileiro, é uma oportunidade excepcional.

CRUZADA CONTRA O PIS/COFINS

Os tributos federais, estaduais e municipais que incidem direta e indiretamente sobre a produção de alimentos no Brasil, como, por exemplo, ICMS, PIS, COFINS, IR etc., quando somados, penalizam pesadamente os custos de produção dos alimentos. A indústria nacional de suplementos minerais não escapa ilesa desse encargo excessivo, tendo que suportar impostos que incidem sobre os insumos pecuários, com destaque para o PIS e o COFINS, responsáveis por representarem, juntos, 9,25 % do preço final dos seus produtos.

A economia gerada ao produtor rural com a eliminação do PIS/COFINS dos suplementos alimentares representa mais de um mês por ano do custo total da mineralização dos rebanhos. Sua isenção representaria, portanto, aumento do poder de compra dos insumos por parte dos pecuaristas, com consequente aumento da produção de carne, leite e derivados. Isso geraria mais divisas ao País e maior arrecadação ao Governo.

A ASBRAM prossegue em sua bandeira antiga a favor da isenção do PIS/COFINS dos insumos pecuários, como um pleito legítimo das indústrias de suplementos minerais.

CAMPANHA ANTIPIRATARIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

Pecuaristas brasileiros passam a contar com um importante instrumento de apoio para combater a pirataria de produtos veterinários. Está no ar um novo site para receber as denúncias de falsificação de medicamentos para bovinos no País, com o objetivo de conter esta prática ilegal, que prejudica a sanidade dos animais e a saúde do consumidor.

A ideia é alertar os integrantes da cadeia produtiva de proteína animal sobre os riscos e os malefícios do uso de medicamentos veterinários falsificados, contrabandeados, sem registro e produzidos a partir de formulações caseiras. Dessa forma, uma das propostas da campanha é a redução do comércio destes produtos, que chega a representar 15% do segmento de saúde animal, o que equivale a R$ 600 milhões/ano.

A ASBRAM apoia a iniciativa da Campanha Nacional Antipirataria de Produtos Veterinários, desenvolvida pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN), com o apoio de outras entidades do agronegócio.

SHUTTERSTOCK



CONTRIBUIÇÃO PARA OS DEBATES

Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) de 2006 registrava que 18% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) originavam-se da pecuária. Este documento provocou muita polêmica, e os debates prosseguem até os dias atuais, apesar dos desmentidos e dos recálculos desses números.

Naquele mesmo ano, por exemplo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas divulgou que as emissões de todas as fazendas, incluindo tratores, produção agroquímica, plantio direto etc., eram de 10% a 12% das emissões globais. Depois, o Programa Ambiental das Nações Unidas afirmou que o número era de 11%, com uma pequena participação dos bovinos.

No ano passado, foi publicado o livro "Defending Beef: The Case for Sustainable Meat Production" ("Defendendo a Carne Bovina: O Processo de Produção de Carne Sustentável", em uma tradução livre). Sua autora é Nicolette Hahn Niman, que trabalhou como advogada ambiental da Waterkeeper, de Robert F. Kennedy Jr., e, além de ser vegetariana desde 2007, junto com seu marido pecuarista fundou o Niman Ranch, para produzir boi a pasto.

Dean Kuipers, escritor e editor do jornal Los Angeles Times, fez uma análise crítica sobre o livro de Nicolette. Para ele, a perspectiva de mitigar o aquecimento ou melhorar a saúde global não persuadirá muitos vegetarianos ou veganos a começarem a comer carne bovina.

Como o livro traz muita informação, o leitor pode aprofundar-se nos detalhes dos estudos. Isso contribui para minimizar a crítica superficial e pouco científica para um assunto tão importante dos pontos de vista econômico, social e ambiental.

PRODUZIR CARNE BOVINA É BOM PARA O PLANETA*

De acordo com a sua Agência de Proteção Ambiental, a agricultura dos Estados Unidos é responsável por 8% das emissões de gases do efeito estufa. Já relatório da Union of Concerned Scientists (União dos Cientistas Preocupados) recomenda que um bom manejo do solo diminuiria em mais de 2% as emissões de GEEs. Para completar, pesquisas na Austrália mostram a capacidade de certos suplementos nutricionais para reduzir a quantidade de metano emitido pelos bovinos à metade.

Desde 1850, um décimo das emissões de carbono causadas por humanos veio do solo, aponta o ecologista Richard Houghton, do Woods Hole Research Center. As causas decorrem da retirada da vegetação protetora e da não reposição dos nutrientes e da matéria orgânica. Terras cobertas por plantas nunca aradas são ideais para recapturar e manter em forma estável o carbono por meio da fotossíntese.

A maioria dos bovinos de corte do mundo é criada a pasto. Suas bocas de poda estimulam o crescimento vegetativo, seus cascos revolvem o pasto e seus tratos digestivos impulsionam a germinação de sementes e a reciclagem de nutrientes.

Pesquisa da Soil Association, no Reino Unido, mostrou que, com a adoção das boas práticas de produção, o sequestro de carbono seria suficiente para compensar as emissões de metano de todo o rebanho de corte e metade do rebanho leiteiro no país.

O pasto protege o solo de erosão pelo vento e pela água, enquanto suas raízes formam um tapete para manter o solo e a água no lugar.

As taxas de erosão nos campos agrícolas convencionalmente arados, em média, são de uma a duas vezes maiores do que na vegetação nativa.

Alguns críticos ambientais de bovinos dizem que quase 20 mil litros de água são requeridos para cada quilo de carne bovina produzida. Esses dados são baseados em situações mais intensivas de água. Em contraposição, pesquisa da Universidade da Califórnia Davis (UCD) mostrou uma quantidade bem inferior, de 3,7 mil litros por quilo de carne, pouco acima de 1 quilo de arroz, apesar de ser mais nutritiva.

Existe a acusação de a carne bovina agravar a fome mundial. Isso é irônico, pois 1 bilhão das pessoas mais pobres do mundo dependem da pecuária. Os seus rebanhos vivem em terras inviáveis de uso para o cultivo agrícola: nos Estados Unidos, 85% da terra com pastagem não podem ser usados para agricultura, conforme o U.S. Beef Board.

Como atributo mais marcante, os bovinos podem viver com uma dieta simples de pasto forrageiro. Para proteger a terra, a água, o solo e o clima, não há nada melhor do que um pasto denso. Quando consideramos previsões de longo prazo para alimentação da raça humana, os bovinos certamente continuam sendo um elemento essencial. ■

*** Trechos do artigo de Nicolette Hahn Niman publicado no Wall Street Journal**

SUSTENTABILIDADE NO USO DA ÁGUA

UMA MISSÃO COLETIVA

EDUARDO DAHER

Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A CRISE hídrica nas regiões Sudeste e Centro-Oeste trouxe à tona uma questão até certo ponto desconcertante para uma agricultura dissociada dos princípios da sustentabilidade: a relação com a água na propriedade terá de mudar.

O que, antes, eram apenas projeções, agora, começa a se materializar numa realidade que não permitirá que a relação com os recursos hídricos adotada em propriedades rurais pouco afeitas às práticas da agricultura sustentável seja mantida em níveis tecnológicos e até culturais insuficientes para equacionar produção e conservação.

Foi-se o tempo em que o dispositivo usado para saber se estava na hora de irrigar ou não era o bico da botina. Chutava-se o chão e se levantava poeira, o pivô central era ligado; se não levantava, não estava na hora de ligar o equipamento de quilômetros de extensão.

Tecnologias simples, como, por exemplo, o uso do tensiômetro (aparelho para medir a umidade presente no solo), resolveriam esse problema com a aplicação de água na hora certa e na quantidade correta. Irrigada nem demais nem "de menos", a lavoura beneficia-se diretamente, diminuindo o risco de doenças que têm no excesso de umidade o ambiente ideal para o seu desenvolvimento ou enfrentando perdas produtivas por conta do estresse hídrico. Tudo isso sem falar na economia dos custos com a água e a energia elétrica da propriedade.

Casos como esse ilustram e acentuam a certeza de que soluções simples e de baixo custo estão à disposição para quem quiser fazer uma agricultura pautada pela sustentabilidade.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que a agropecuária é responsável pelo consumo de 72 de cada 100 litros de água consumidos em todo o mundo. Para mudar este número, medidas que reduzem esse consumo são tão necessárias quanto possíveis. As tecnologias existem e estão disponíveis. Falta, porém, o devido acesso às fontes de onde jorram essas informações; informações estas que não são só para implementar tecnologias mais eficientes e sustentáveis, mas também para mudar a cultura do desperdício.

A população mundial cresce e logo seremos mais de 9 bilhões de habitantes no planeta. Alimentar é a razão de ser primordial da agricultura. Mas para que esse trabalho aconteça é preciso assegurar condições elementares de realização e a preservação dos recursos ambientais é decisiva nesse processo. Mas, essa não é uma tarefa exclusiva daqueles que produzem a nossa comida de todo o dia.

Garantir o uso consciente desse recurso natural vital para a sobrevivência da vida na Terra é uma missão de todos – nos campos e nas cidades. Nesse sentido, o Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, reforça, mais uma vez, a necessidade da reflexão coletiva sobre o quanto avançamos enquanto sociedade e sobre a forma com que usufruímos das ferramentas modernas que estão à disposição dos que buscam a sustentabilidade. Nessa dinâmica de ação e consequência, não há culpado ou poupado. Há, porém, a urgência de se criar uma nova consciência coletiva sobre o hábito do desperdício, pois a falta da água chegará não só ao meu prato, mas ao seu e ao de todas as famílias do mundo – na roça e na metrópole. ■

DIÁRIO DE BORDO

MAIS PRA LÁ

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

DEPOIS DE anos de completo descaso com a agroenergia, o governo federal tomou algumas providências que permitiram uma oxigenação a boa parte do setor.

Duas medidas importantes foram tomadas no início de 2015. A primeira foi a CIDE sobre a gasolina, um mecanismo encontrado pelo Governo para compensar as externalidades não monetizáveis do etanol, como a vantagem sobre o combustível fóssil na questão ambiental, em favor da saúde pública, e, também, na geração de empregos. E a segunda foi a decisão de aumentar a mistura de etanol de 25% para 27% em uma primeira fase, com vistas a elevá-la a 27,5% mais à frente.

Governadores dos principais estados produtores também se reuniram em busca de mecanismos que poderiam acionar para auxiliar o setor. A Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, mais uma vez, teve influência decisiva no aumento da mistura e desempenhará papel fundamental nos próximos passos.



Que passos são estes?

Está passando da hora de definir qual é a matriz energética que o País deseja e quais são o papel e o espaço da agroenergia nela. Nesse caso, entrariam não só o etanol, mas também a cogeração de eletricidade, o biodiesel e as biorrefinarias.

Com essas definições estabelecidas, tendo em vista o interesse de todos os brasileiros, e não apenas deste ou daquele elo da cadeia produtiva, seria o tempo de definir a estratégia para alcançar tal espaço e tal papel. E, nesse caso, é fundamental que todos os elos trabalhem em conjunto: os trabalhadores rurais e os urbanos, os fornecedores de cana, a indústria de equipamentos industriais e agrícolas, as usinas, os distribuidores, os exportadores/importadores de combustíveis, a indústria petroquímica, a automobilística, os governos (federal, estaduais e municipais), o Parlamento e os consumidores.

Seguramente, viriam grandes avanços: a cogeração, neste momento de risco de apagão de energia, é de uma obviedade já conhecida. Um programa governamental que financiasse novas caldeiras, outro que financiasse a produção de equipamentos de enfardamento da palha da cana e a chegada dos distribuidores de energia nas usinas para facilitar a transmissão são todos temas de rápida solução e efeitos práticos muito ágeis.

Mas, falta muito mais: a indústria automobilística precisa investir num motor a álcool de verdade para que o rendimento seja maior do que o atual, de 70% – isso se já não o é.

A Frente de Governadores tem que chegar a um consenso quanto ao ICMS sobre o etanol.

O CONSECANA precisa ser aprimorado, de forma que os fornecedores de cana também se beneficiem dos avanços técnicos modernos.

A geração de tecnologias poderia ser potencializada com a montagem de uma Empresa de Propósito Específico (EPE) na qual todas as instituições de pesquisa trabalhassem associadas para não duplicar recursos.

Há uma agenda gigantesca a ser cumprida. E é muito importante aproveitar a abertura dada pelo governo federal para essa discussão toda, além da boa vontade dos governadores e da disposição da Frente Parlamentar.

Compete ao setor, unido em torno dos interesses da cadeia produtiva, entender-se e buscar o consenso em todos esses temas. Até porque nem a CIDE nem a mistura salvam: apenas oxigenam, mas ainda há muita gente "mais pra lá do que pra cá". ■

PRODUZIR

PARA FORTALECER A GOVERNANÇA DA PROPRIEDADE RURAL

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O DIA 6 de maio de 2015 se aproxima, e isso precisa ser prioridade na agenda do produtor rural.

Nesta data, se encerra o período de inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) – plataforma eletrônica governamental que reunirá as informações ambientais e produtivas da propriedade rural, com vistas ao diagnóstico, ao planejamento e ao prognóstico do uso e da ocupação do solo nas áreas rurais, obrigação do novo Código Florestal.

Passados três anos da sanção do Executivo ao Código, o que se observou, ao longo do tempo, foi que os obstáculos ao mapeamento dos ativos e dos passivos das propriedades rurais foram subestimados. Sem falar no planejamento de como recomposições serão feitas, quanto se gastará, quem pagará a conta e assim por diante, o que será estipulado nos programas de regularização ambiental dos estados que os fizerem etc.

A despeito de investimentos em tecnologia, presença do tema na mídia, eventos, campanhas etc., até meados de fevereiro, menos da metade das propriedades estavam cadastradas.

Bombardeada por informações desencontradas, dificuldades técnicas e operacionais (como o manuseio de muitos documentos), aumento de despesas e, até mesmo, indefinições jurídicas, a maioria dos produtores se viu desamparada e cercada de dúvidas para realizar o cadastramento. O Governo foi lento em implantar a ferramenta do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ineficiente em oferecer orientação, o que lhe tira legitimidade de querer punir o produtor que não fizer o cadastramento no período legal.

Apesar disso, o produtor não pode contar com a prorrogação do prazo e deve realizar o seu cadastramento no CAR, a fim de se manter na legalidade. Quem tiver dificuldades deve procurar auxílio profissional em sindicatos rurais, cooperativas, entidades, entre outras instituições.

O que se almeja com o novo Código é a convergência produtiva e conservacionista. O Brasil pode ser exemplo ao investir num modelo de desenvolvimento sustentável que combine patrimônios agropecuário e ambiental.

Safras e florestas são aliadas. A sociedade precisa de ambas, e a polarização do debate apenas alimentou o atraso, o que se aplica ao CAR, por exemplo.

O novo Código representa muito mais oportunidades e negócios do que litígios e correção de passivos. O que dizer, por exemplo, da captação de recursos internacionais para preservação e replantio de florestas como instrumentos para sequestro de carbono e/ou proteção de nascentes d'água, tendo o produtor rural como protagonista? Dinheiro existe, mas sobra preconceito, e faltam visão e projetos.

O preenchimento do CAR é um passo importante de *compliance* que fortalece a governança "jurídico -ambiental" da propriedade, por meio do reconhecimento do seu estado atual; e para a definição de métodos de controle, gestão e planejamento. Sua efetivação é o cumprimento de um anseio antigo do Brasil, de conhecer o seu território e ter um definitivo cadastramento das propriedades rurais; algo que já se pretendia em 1850, com a Lei de Terras, de D. Pedro II.

De modo amplo, uma boa governança – mais do que recomendável também para empresas familiares – mitiga riscos e leva a atividade a uma nova dimensão. Quem só vende para o mercado doméstico pode, por exemplo, passar a exportar. Além disso, a governança eficiente abre caminho para a empresa captar recursos via fundos de investimento ou mercado de capitais, bem como contribui para a longevidade do negócio. ■



OPINIÃO

AGRICULTURA DE SÃO PAULO E A CRISE HÍDRICA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O BRASIL – particularmente a região Sudeste – e o estado de São Paulo vivem uma grave crise hídrica. Os indicadores da escassez de água, a pior em oitenta anos, são alarmantes. O nível do Sistema Cantareira – o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo e que abastece aproximadamente 6 milhões de pessoas – ainda é crítico.

Além de comprometer o consumo humano, a crise afeta diretamente a geração de energia elétrica, sacrificando ainda mais a atividade agrícola. Levantamento preliminar do IEA/APTA (Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) e da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) aponta que a safra 2013/14 teve redução da área cultivada e da produtividade de grãos e de outras culturas, como cana-de-açúcar e laranja.

Em São Paulo, a escassez hídrica tem sido enfrentada de diferentes formas. O governador Geraldo Alckmin tem feito apelos à diminuição do consumo de água, buscando estimular a economia com a concessão de descontos ou bônus e de outras formas de motivação para se evitar o desperdício.



Do ponto de vista da agricultura, esse desafio também está presente. Além das questões emergenciais de que temos tratado, e sabemos que dificilmente escaparemos de algum nível de restrição da oferta de água, há questões estruturais a serem enfrentadas. Afinal de contas, a crise hídrica é um debate mundial, e poucas providências foram adotadas para combater as mudanças climáticas.

Quanto aos efeitos da crise hídrica na agricultura, orientado pelo governador Alckmin, tenho dialogado com as entidades e os produtores rurais para alertar sobre a necessidade de encontrarmos soluções conjuntas de médio e longo prazos. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) busca novas alternativas e procedimentos para fazer frente à escassez de água e orientar nossos produtores nesse sentido.

Junto aos fabricantes de equipamentos de irrigação, estamos estimulando tanto a busca da inovação tecnológica, como avanços tecnológicos nos equipamentos e melhoria da aferição e do controle dos maquinários disponíveis no mercado. Aceleramos, ainda, o processo de implantação do Programa Mata Ciliar para garantir a qualidade da água e evitar o assoreamento de rios e mananciais.

São medidas que se somam à sanção pelo governador Alckmin do PRA (Programa de Regularização Ambiental), programa que determinará maior ritmo no processo de recomposição de Reservas Legais (RL) e de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP).

Um terceiro caminho a ser trilhado é a articulação em curso com os prefeitos para a recuperação e a proteção das nascentes afetadas pelo longo período de estiagem – Programa Nascentes Vivas. A SAA também está priorizando ações visando à proteção do solo e atuando para ampliar as alternativas para a preservação e o aproveitamento da água da chuva.

Os institutos de pesquisas agrícolas também estão orientados para o desenvolvimento de cultivares com maior capacidade de resistir ao estresse hídrico. As pesquisas já apresentam bons resultados em algumas variedades de cana, milho e feijão.

Essas, portanto, são algumas das respostas do governo paulista à crise hídrica que não assola apenas a agricultura, mas interfere na produção de energia e nos hábitos e nos comportamentos de consumo. É uma oportunidade para reformularmos paradigmas e trabalharmos em prol da preservação, do aumento da oferta e da qualidade da água. ■

REFLEXÃO

UMA CONJUNTURA COMPLEXA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

"O segredo é não correr atrás das borboletas... é cuidar do jardim para que elas venham"

Mario Quintana

HÁ MUITO tempo não se vê uma realidade global tão complexa, com inovações e rupturas de conceitos, por um lado, e desordem e estagnação econômica, por outro, como a que está ocorrendo na Europa e no Japão, na redução da velocidade do crescimento chinês e na recuperação surpreendente do gigante norte-americano.

Os EUA se tornam os maiores produtores de petróleo, ultrapassando a Arábia Saudita e a OPEP, que, sob o comando saudita, não reduz a oferta, pressionando para baixo os preços do petróleo. Trata-se de um novo momento na história da energia no mundo. É uma nova volatilidade, com novos atores.

Do lado dos alimentos, o processo de concentração é impressionante e poucos são os atores que dominam as marcas e chegam aos consumidores. O desenho esperado do crescimento populacional e da renda confronta-se com um formidável processo de concentração em energia e em alimentos.

Enquanto isso, o Brasil começa a enfrentar seus erros, suas dúvidas e seus preconceitos, fragilizado e pressionado pelo momento político em que se encontra e pela posse do novo governo federal.

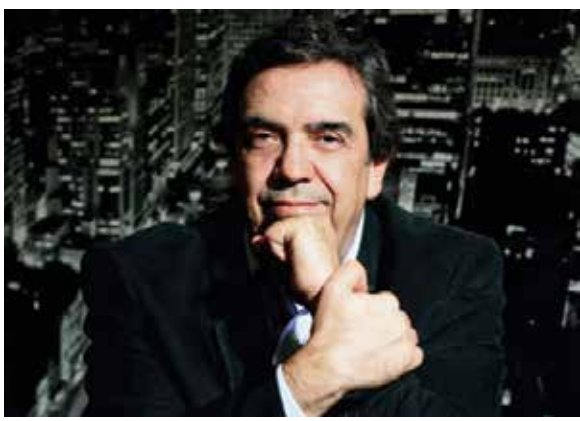
Para um crescimento que tende a ser negativo em 2015, o Brasil enfrenta seus temores pré-eleitorais, que englobam desde inflação elevada, juros crescentes e balança comercial negativa até déficit fiscal e eventual perda de *rating*. Esse enfrentamento vem junto com um novo Congresso, um novo presidente da Câmara e uma tremenda expectativa a respeito das consequências da Operação "Lava Jato".

Há uma importante correlação entre os preços da energia e os das *commodities* agrícolas com um pé na produção de energia renovável – todos eles com baixos preços no momento! Além do crédito raro, o clima tem sido ruim para as lavouras, com seca em várias regiões. Aliás, os baixos níveis dos reservatórios de água ameaçam o consumo e criam novamente o espectro do apagão e o aumento nos preços da energia elétrica. E isso gera mais perspectivas de recuo no crescimento do País.

Por outro lado, segue o herói brasileiro, o agricultor, com a sua saga de crescer, baixar custos, atender normas e lutar para ser compreendido. São duas safras ao ano, com o medo da ferrugem, do bicudo, da *Helicoverpa*, faça chuva ou faça sol, sem logística ou, melhor, empurrando a entrega do que produziu. São os esforços dependentes dos portos tão limitados, e a espera por programas em logística e infraestrutura, que há décadas não saem do papel. Há cansaço da espera pela aprovação de três Ministérios para produtos que combatem pragas e doenças. Trata-se, portanto, não apenas de não investir, mas, principalmente, da letargia de aprovar medidas positivas na liberação de produtos que certamente significarão mais comida e energia renovável. Esses gargalos são invencíveis. Nesse caso, corre-se atrás das "borboletas" que não chegam ao jardim.

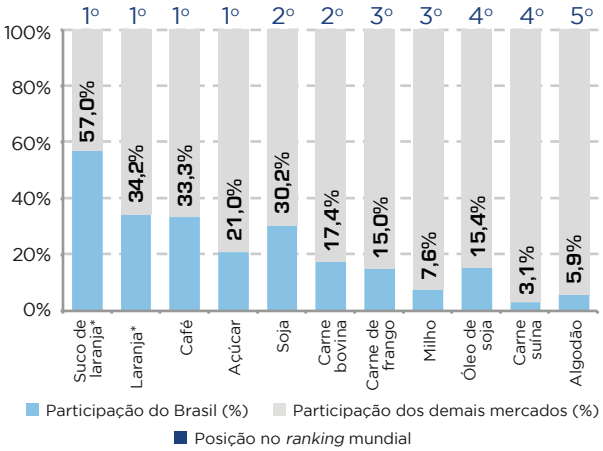
Sempre há a possibilidade de surgir algo novo. Mas, nunca se sabe a respeito com antecedência. Isso faz da novidade um mistério – *vide* o caso do *shale oil* (petróleo de folhelho) nos EUA. Há, também, os temores dos velhos fantasmas, de quando estes surgem como um tema avassalador, como o caso da corrupção no Brasil, agora atestada, medida e sendo impressa e lida por todos os brasileiros. O que virá e o que esperar?

Como todos temos de correr e gastar energias, o que nos resta é cuidar das nossas lavouras e dos jardins. As borboletas virão! ■



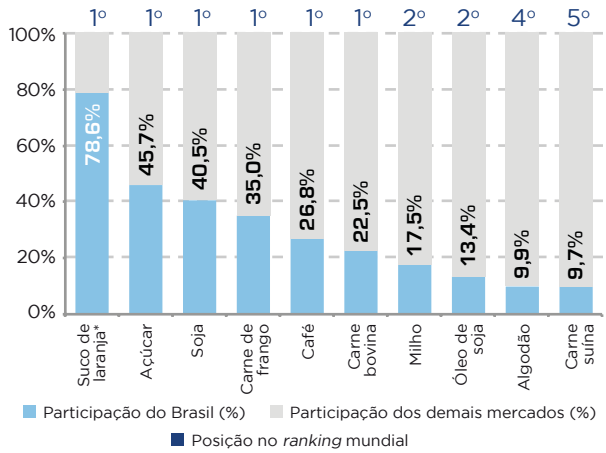
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



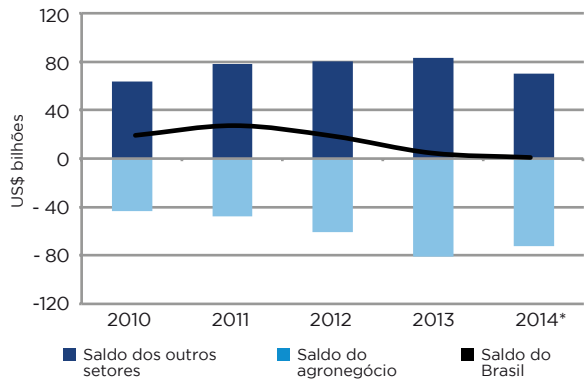
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



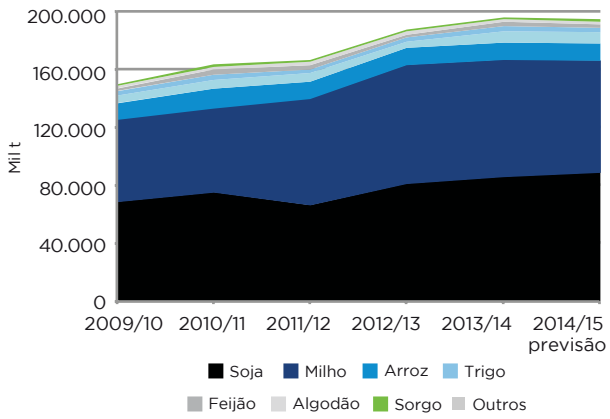
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



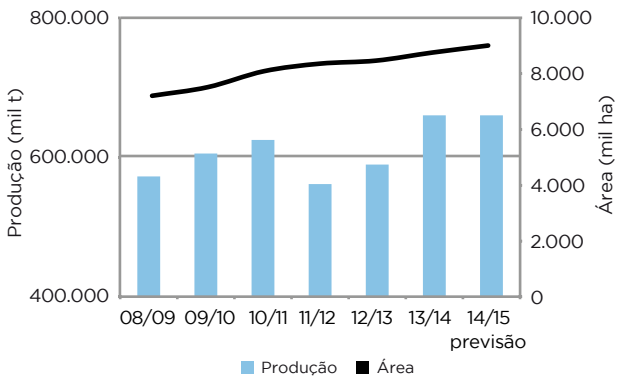
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



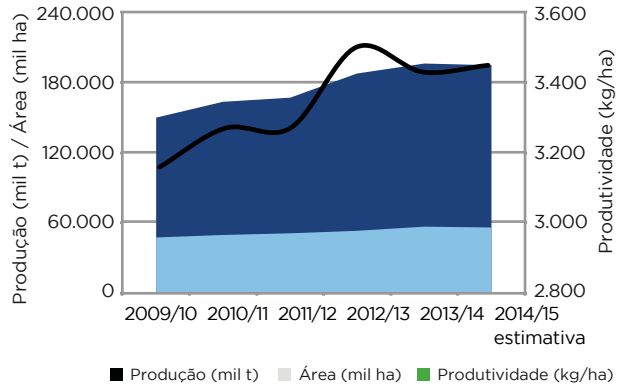
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab